

**Oi S.A. e
sociedades controladas**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a implementar até final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016.

Em abril de 2014, no âmbito da operação de combinação de negócios e união das bases acionárias da Companhia e da Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - “Pharol”), foi aprovado um aumento de capital da Companhia, o qual foi parcialmente integralizado mediante a conferência, pela Pharol, da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da totalidade das ações da PT Portugal para a Altice Portugal S.A. (“Altice”), envolvendo substancialmente as operações da PT Portugal em Portugal e na Hungria. Com a alienação, a Companhia manteve participações societárias nas seguintes subsidiárias que antes integravam o Grupo PT:

- (i) 100% das ações da PT Participações SGPS, S.A. (“PT Participações”) detentora das operações na África, através da Africatel Holdings BV (“Africatel”), e em Timor, através da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”);
- (ii) 100% das ações da Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”), CVTEL B.V. (“CVTEL”) e Carrigans Finance S.à.r.l. (“Carrigans”).

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços na Namíbia, em Moçambique e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (“MTC”), Listas Telefônicas de Moçambique (“LTM”) e Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”) e de 40% na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em reunião realizada em 23 de março de 2016, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

União das bases acionárias da Oi e Pharol

Em 31 de março de 2015, no contexto da operação de união de bases acionárias da Oi, da TmarPart e da Pharol, anunciada em 2 de outubro de 2013 e objeto dos Fatos Relevantes de 20 de fevereiro de 2014 e 8 de setembro de 2014 (“Operação”), a Companhia divulgou um conjunto de operações e medidas alternativas com o intuito de antecipar os principais objetivos da Operação, com a adoção pela Oi das melhores práticas de governança corporativa exigidas nas normas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a dispersão do direito de voto na Oi, mantendo-se o objetivo final de oportunamente implementar operação que resulte na migração das ações atualmente detidas pelos acionistas da Oi e, posteriormente, da Pharol, para o Novo Mercado (“Estrutura Alternativa”).

A Estrutura Alternativa consistia nas seguintes etapas: (i) simplificação da estrutura de capital da Companhia, incluindo a incorporação da TmarPart pela Oi (respectivamente, “Simplificação Societária” e “Incorporação”); (ii) aprovação de novo Estatuto Social da Companhia, refletindo a adoção pela Oi de elevados padrões de governança corporativa; (iii) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e (iv) a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias, obedecendo-se, na conversão, a relação de troca 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Oi, já anteriormente divulgada para a incorporação das ações da Oi pela TmarPart e utilizada na precificação das ações de emissão da Oi no aumento de capital aprovado em abril de 2014 e integralizado em maio do mesmo ano (“Conversão Voluntária”).

Em 22 de julho de 2015, foram firmados pelos signatários dos acordos de acionistas aplicáveis à Oi os termos de rescisão dos mesmos, os quais entraram em vigor no dia 31 de julho de 2015, data de publicação do primeiro anúncio de convocação da Assembleia Geral com vista à aprovação da Incorporação e da Simplificação Societária. A rescisão dos acordos de acionistas resulta na inexistência de acionista controlador definido na Companhia.

Em 30 de julho de 2015, o Conselho Diretor da ANATEL deferiu o pedido de Anuência Prévia, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Companhia, para a implementação da Estrutura Alternativa. Em 31 de agosto de 2015, foi comprovada a regularidade fiscal da Companhia, implementando-se a condição de eficácia prevista na Anuência Prévia. Dessa forma, em 1 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Oi que deliberou, principalmente, sobre:

- (1) a Incorporação da TmarPart pela Oi e respectivo laudo de avaliação elaborado por empresa especializada;
- (2) a aprovação de novo estatuto social da Oi;
- (3) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e
- (4) a proposta e a abertura do prazo para a Conversão Voluntária, bem como seus termos e condições.

Com a aprovação da Incorporação em 1 de setembro de 2015, restou confirmada a rescisão dos acordos de acionistas da TmarPart. O acervo líquido a valor contábil da TmarPart incorporado pela Companhia foi de R\$ 122.412, sem alteração no número de ações emitidas e sem diluição dos atuais acionistas. A incorporação também resultou na transferência para o patrimônio líquido da Companhia de benefícios fiscais de ágios decorrentes de aquisições de participações da TmarPart e de seus controladores no montante de R\$ 982.768.

Como resultado da Incorporação, os acionistas da TmarPart receberam ações de emissão da Companhia em igual quantidade às aquelas detidas pela TmarPart imediatamente antes da Incorporação, de forma que não houve diluição aos demais acionistas da Companhia.

Com relação à Conversão Voluntária, também aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, abriu-se um prazo de 30 dias, até 1 de outubro de 2015, para que os acionistas detentores de ações preferenciais pudessem manifestar sua adesão. Encerrado o prazo de 30 dias, um total de 314.250.655 ações preferenciais da Companhia, ou 66,84% das ações preferenciais ex-tesouraria, foi objeto de manifestações de conversão por titulares de ações preferenciais, tendo sido atingida a adesão mínima de 2/3 de ações preferenciais ex-tesouraria a que estava sujeita a Conversão Voluntária.

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais. O Conselho de Administração da Companhia também aprovou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, para refletir a nova composição do capital social, decorrente da Conversão Voluntária, no Estatuto Social da Companhia. A referida Assembleia foi realizada no dia 13 de novembro de 2015.

Em 10 de dezembro de 2015, foi realizado leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento das frações de ações resultantes da Conversão Voluntária. Como resultado do leilão, foram alienadas 887 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações. Os valores líquidos apurados com a alienação das

ações, totalizando R\$ 1.985,60, foram creditados no dia 21 de dezembro de 2015 em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas.

Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Pharol da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com o Fato Relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014 e com os contratos definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, que descreviam as etapas necessárias à implementação da Operação, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014 o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, com a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depositary Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs.

Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela Pharol em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal, a qual detinha a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da Pharol, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da Pharol na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015, dando continuidade ao processo de reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oi, iniciado em 2012, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre as incorporações da BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”) e da Telemar Internet Ltda. (“Telemar Internet”) pela Oi Internet S.A. (“Oi Internet”), com a extinção das duas sociedades incorporadas.

A unificação das operações da BrTI e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por essas sociedades, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2015	Indireta 2015	Direta 2014	Indireta 2014
Oi Móvel S.A.	Telefonia móvel – Região II	Brasil		100%		100%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. (“BrT Multimídia”)	Tráfego de dados	Brasil		100%		100%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)	Serviços financeiros	Brasil		100%		100%
Brasil Telecom Call Center S.A. (“BrT Call Center”)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil		100%		100%
BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”) (i)	Holding	Brasil				100%
Oi Internet S.A. (“Oi Internet”)	Internet	Brasil		100%		100%
Oi Paraguay Multimedia Comunicaciones SRL	Tráfego de dados	Paraguai		100%		100%
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. (“Rio Alto”)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	50%		50%	
Copart 5 Participações S.A. (“Copart 5”)	Investimentos em propriedades	Brasil	100%			100%
Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Paggo Administradora”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Oi Serviços Financeiros S.A. (“Oi Serviços Financeiros”)	Serviços financeiros	Brasil	99,87%	0,13%	99,87%	0,13%
Copart 4 Participações S.A. (“Copart 4”)	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Telemar Internet Ltda. (“Telemar Internet”) (i)	Internet	Brasil				100%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A.	Compra e venda de imóveis	Brasil		100%		100%
SEREDE – Serviços de Rede S.A.	Serviços de rede	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Internet Wifi	Brasil		100%		100%
VEX Venezuela C.A	Internet Wifi	Venezuela		100%		100%
VEX Wifi S.A.	Internet Wifi	Uruguai		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		40%		90%
VEX USA Inc.	Internet Wifi	Estados Unidos da America		100%		100%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina	Internet Wifi	Argentina		100%		100%
VEX Wifi Canadá Ltd.	Internet Wifi	Canadá		100%		100%
VEX Colombia Ltda.	Internet Wifi	Colômbia		100%		100%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi	Paraguai		99,99%		99,99%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	Peru		100%		100%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (“Oi Holanda”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Holanda	100%		100%	
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V. (“PTIF”)	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda		100%		100%
Carrigans Finance S.à.r.l.	Gestão de investimentos	Luxemburgo	100%			100%
CVTEL, BV	Gestão de investimentos	Holanda		100%		100%

(i) Essas empresas foram incorporadas na Oi Internet durante o exercício de 2015.

Empresas classificadas como ativos mantidos para venda

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2015	Indireta 2015	Direta 2014	Indireta 2014
Directel - Listas Telefônicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais	Portugal		75%		75%
PT Investimentos S.A. ("PT I")	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos	Portugal		100%		100%
PT Participações, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	100%			100%
PT Ventures, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais	Portugal		75%		75%
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, S.A. ("TPT")	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal		76,14%		76%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L.	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé		38%		38%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde	Cabo Verde		45%		57%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	Publicação de listas telefônicas	Uganda		75%		75%
Elta - Empresa de Listas Telefônicas de Angola, Lda.	Publicação de listas telefônicas	Angola		41%		41%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Produção, edição e distribuição de listas telefônicas e outras publicações	Quênia		45%		45%
LTM - Listas Telefônicas de Moçambique, Lda.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações	Moçambique		37,50%		38%
Mobile Telecommunications Limited	Exploração do serviço móvel	Namíbia		25,50%		26%
Africatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha		100%		100%
Africatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda		75%		75%
Timor Telecom, S.A.	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor		44%		44%

As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2015	Indireta 2015	Direta 2014	Indireta 2014
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	Brasil		50%		50%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira	Brasil		50%		50%
Hisparmar Satélites S.A. ("Hisparmar")	Operação de Satélites	Brasil		19,04%		19,04%
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras	Brasil		29,90%		29,90%

A Companhia anunciou em 9 de março de 2016 a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo a Companhia o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil. A Companhia também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.

As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia, com o objetivo de aprimorar as divulgações das Demonstrações Financeiras, realizou as seguintes alterações em suas demonstrações financeiras: (i) abertura do item de Empréstimos e financiamentos no balanço segregando em duas linhas sendo “Empréstimos e financiamentos” e “Débitos com partes relacionadas”. De modo a assegurar a comparabilidade com o ano corrente foram efetuadas as reclassificações dos valores correspondentes de 2014.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Após 2 de junho de 2015, os ativos e passivos remanescentes da PT Portugal não alienados à Altice (Nota 1) passaram a ser consolidados integralmente pela Companhia em cada uma das linhas do balanço, com exceção dos ativos e passivos das operações na África e Ásia que são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Em decorrência dos eventos societários ocorridos na Cabo Verde Telecom em 2015, a Companhia deixou de exercer todos os seus direitos previstos nos acordos de acionistas, nomeadamente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração. Para efeitos contábeis a Companhia entende que deixaram de ser cumpridos os critérios para a existência de controle da Cabo Verde Telecom, tendo este investimento passado a ser registrado como instrumento financeiro mensurado a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de *"hedge"* (*"hedge accounting"*) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *"hedge"* de fluxo de caixa e operações de *"hedge"* de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2015	2014	2015	2014
Euro	4,2504	3,2270	4,2158	3,2525
Dólar Norte Americano	3,9048	2,6562	3,8711	2,6394
Escudo de Cabo Verde	0,0390	0,0339	0,0298	0,0287
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000174	0,000154	0,000132	0,000131
Xelim Queniano	0,0382	0,0339	0,0293	0,0268
Dólar da Namíbia	0,2510	0,2606	0,2297	0,2169
Metical de Moçambique	0,0832	0,0838	0,0767	0,0742

Apresentação de informação por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados operacionais são analisados frequentemente sobre os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, “*simcard*” e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o

propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são unidades identificáveis de negócios da Companhia com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil definida e indefinida, os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base em projeções do valor em uso, as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A Companhia adota a prática de contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do exercício no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue

que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 14 e 15, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel e Cabo Verde Telecom foram valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT, e foram atualizados considerando os eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015 (Nota 28). As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 – “*Financial Instruments*” (Instrumentos financeiros) - substitui as orientações existentes na IAS 39 - “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*” (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de “*hedge*”. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 – “*Revenue from Contracts with Customers*” (Receita de Contratos com Clientes) - exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. As entidades podem optar por adotar a norma retroativamente ou utilizar uma abordagem de transição modificada, que corresponde a adotar a norma retroativamente apenas em contratos que não correspondam a contratos concluídos na data da adoção inicial. A Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 - “*Leases*” (arrendamentos) – Substitui o IAS 17 e suas interpretações e define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A nova regra elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 16 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	177.573	177.573	1.111.840	1.111.840
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.341.011	1.341.011	13.786.223	13.786.223
Aplicações financeiras	Valor justo	38.733	38.733	1.927.686	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	5.393.673	5.393.673	7.386.703	7.386.703
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.353.617	3.353.617		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.428.751	2.428.751	8.379.719	8.379.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	891.270	891.270		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	3.541.314	3.541.314	3.541.314	3.541.314
Dividendos a receber	Custo amortizado	2.042.191	2.042.191	2.042.191	2.042.191
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.388.520	1.388.520	5.004.833	5.004.833
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	4.936.551	4.936.551	17.049.280	17.049.280
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	13.035.521	13.063.594		
Debêntures	Custo amortizado	4.088.002	4.078.516	4.138.025	4.128.539
“Senior Notes”	Custo amortizado	11.163.801	6.468.489	38.670.111	22.159.838
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.411.838	2.411.838	2.510.343	2.510.343
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	65.663	65.663	96.433	96.433
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	479.655	479.655	795.088	795.088
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	382.230	382.230	382.230	382.230

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	110.239	110.239	532.285	532.285
Equivalentes de caixa	Valor justo	243.845	243.845	1.916.921	1.916.921
Aplicações financeiras	Valor justo	42.902	42.902	282.700	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.255.460	2.255.460	3.221.481	3.221.481
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.151.856	3.151.856		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.978.558	1.978.558	7.455.687	7.455.687
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	854.231	854.231		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	4.284.416	4.284.416	4.284.416	4.284.416
Dividendos a receber	Custo amortizado	1.261.826	1.261.826	1.261.826	1.261.826
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.397.610	1.397.610	4.331.286	4.331.286
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	2.908.573	2.908.573	15.335.155	15.335.155
Debêntures	Custo amortizado	7.729.865	7.466.856	7.776.876	7.513.867
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.750.141	8.493.464	12.737.364	12.199.092
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	5.252.853	5.275.574		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	571.836	571.836	666.922	666.922
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	181.477	181.477	185.138	185.138
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	40.052	40.052	1.361.940	1.361.940
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	519.917	519.917	990.230	990.230
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	408.978	408.978	408.978	408.978

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte do saldo de empréstimos e financiamentos com o BNDES e agências de crédito à exportação, correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Parte do saldo de empréstimos e financiamentos estão relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional para os quais existe mercado secundário, sendo o valor justo diferente do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os “inputs” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		2015	2014	2015	2014
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	177.573	110.239	1.111.840	532.285
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.341.011	243.845	13.786.223	1.916.921
Aplicações financeiras	Nível 2	38.733	42.902	1.927.686	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	5.393.673	2.255.460	7.386.703	3.221.481
Ativos mantidos para venda	Nível 3	3.541.314	4.284.416	3.541.314	4.284.416
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.411.838	571.836	2.510.343	666.922

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre

valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com as políticas, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, uma diretriz a ser seguida em cada ano fiscal.

Para o devido gerenciamento de riscos, a Companhia poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A contratação de tais instrumentos depende dentre outros fatores da disponibilidade de limite de crédito junto aos bancos. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos a prazo em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 73,22% (2014 – 11,41%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Investimento líquido em controladas no exterior

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos nas controladas da África e Ásia. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de risco cambial

A Administração estimou o impacto da desvalorização hipotética do Euro e do Dólar em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2015	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,9048	0%
Euro	4,2504	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,9286	25%
Euro	3,1878	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	1,9524	50%
Euro	2,1252	50%

CONSOLIDADO				
2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	642.418	481.814	321.209
Caixa em Euro	Queda do Euro	12.438.363	9.328.772	6.219.182
Total vinculado a taxas de câmbio		13.080.781	9.810.586	6.540.391

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 78,5% (2014 – 41,7%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 99,5% (2014 – 100,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Adicionalmente, com a conclusão da alienação da PT Portugal em 2 de junho de 2015, grande parte dos recursos recebidos pela Companhia estão referenciados em Euros, o que por si só funciona como um “hedge” natural às dívidas que foram mantidas na estrutura consolidada da Oi pós venda. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	47.839	47.839		
Equivalentes de caixa	5.452	5.452	32.007	32.007
Aplicações financeiras	3.667	3.667	4.885	4.885
Instrumentos financeiros derivativos	5.393.673	5.393.673	2.254.133	2.254.133
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	13.530.721	9.138.347	7.630.336	7.472.733
Instrumentos financeiros derivativos	1.819.976	1.819.976	338.193	338.193

	CONSOLIDADO			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	761.788	761.788	26.759	26.759
Equivalentes de caixa	10.553.452	10.553.452	198.047	198.047
Aplicações financeiras	1.765.541	1.765.541	86.807	86.807
Instrumentos financeiros derivativos	6.940.963	6.940.963	3.025.464	3.025.464
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	46.935.152	30.727.817	14.781.242	14.342.043
Instrumentos financeiros derivativos	1.915.910	1.915.910	425.784	425.784

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	3,3 - 8,2	3.456.170	1.137.439
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	4,8	819.647	649.293
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	1,9 - 4,3	(169.513)	
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR/R\$ (NDF)	< 1 ano		23.524

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,1 - 8,2	4.954.291	1.816.206
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	4,8	819.647	649.293
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	1,9 - 4,3	(169.513)	
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR/R\$ (NDF)	< 1 ano		23.524

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(106.440)	95.577
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(427.452)	10.107
Contratos de Opção (PUT USD /R\$)	3,3 - 4,8	8.783	
Contrato de Opção (PUT EUR /R\$)	3,8	24.767	
Contrato de Opção (CALL EUR /R\$)	3,8	(32.265)	

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	< 1 ano	31.467	24.122
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	< 1 ano	(27.965)	(31.290)
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(156.707)	107.718
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(427.452)	10.107
Contrato de Opção (PUT USD /R\$)	3,3 - 4,8	8.783	
Contrato de Opção (PUT EUR /R\$)	3,8	24.767	
Contrato de Opção (CALL EUR /R\$)	3,8	(32.265)	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a

possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Contrato de Opções (“Put”)

Refere-se a operações de compra de opção de venda de US\$, referente a parcela de principal da dívida, no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar um limite inferior a variação cambial, a um grupo de “swaps”, para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis na ponta ativa destes derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram registrados em resultados financeiros as operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Ganho (perda) com “swap” cambial	3.463.423	466.389	4.539.844	674.228
Operações de termo em moedas	1.295.456	(232.736)	1.322.916	(317.740)
Opções	(21.850)		(21.850)	
Total	4.737.029	233.653	5.840.910	356.488

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2014	165.085	165.085
Resultado dos “hedges” designados	(617.501)	(697.726)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(1.073)	(7.626)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	8.204	8.336
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	207.525	236.985
“Hedge” reflexo de controlada	(57.186)	
Saldo em 2015	(294.946)	(294.946)

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2015. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2015	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,90480	0%
Euro	4,25040	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,88100	25%
Euro	5,31300	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	5,85720	50%
Euro	6,37560	50%

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	11.312.117	14.140.146	16.968.176
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(16.547.458)	(20.684.323)	(24.821.187)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(10.149)	(12.686)	(15.224)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.463.498	3.079.373	3.695.247
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(11.606.953)	(14.508.691)	(17.410.430)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(46.809)	(58.511)	(70.214)
Total vinculado a taxas de câmbio		(14.435.754)	(18.044.692)	(21.653.632)

CONSOLIDADO				
2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	23.054.987	28.818.734	34.582.481
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(22.470.237)	(28.087.796)	(33.705.356)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(642.418)	(803.023)	(963.627)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	24.316.758	30.395.948	36.475.137
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(11.606.953)	(14.508.691)	(17.410.430)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(12.438.363)	(15.547.954)	(18.657.545)
Total vinculado a taxas de câmbio		213.774	267.218	320.660

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares.

Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 33,4% (2014 – 60,3%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 59,6% (2014 – 79,4%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.335.559	1.335.559	211.838	211.838
Aplicações financeiras	35.066	35.066	38.017	38.017
Créditos com partes relacionadas	3.353.617	3.353.617	3.151.856	3.151.856
Instrumentos financeiros derivativos			1.327	1.327
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	21.397.323	21.387.837	12.986.020	12.980.720
Instrumentos financeiros derivativos	591.862	591.862	233.643	233.643

	CONSOLIDADO			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	3.232.771	3.232.771	1.718.874	1.718.874
Aplicações financeiras	162.145	162.145	195.893	195.893
Instrumentos financeiros derivativos	445.740	445.740	196.017	196.017
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	18.307.705	18.298.218	17.722.928	17.717.628
Instrumentos financeiros derivativos	594.433	594.433	241.138	241.138

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de “swap” Pré/DI	4,8	(146.121)	(37.626)

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de “swap” Pré/DI	4,8	(146.121)	(37.627)
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	< 1 ano		(1.413)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	6,1	(445.741)	(194.690)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2015	2014
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,1- 6,1	(448.312)	(200.771)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	6,1	445.740	194.690

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(406.900)	(76.412)	(43.808)	70.896
Total	(406.900)	(76.412)	(43.808)	70.896

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2014	(41.442)	(41.442)
Resultado dos “hedges” designados	(104.795)	(104.339)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	78	78
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	4.503	3.325
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	34.073	34.319
“Hedge” reflexo de controlada	(476)	
Saldo em 2015	(108.059)	(108.059)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. Antes do encerramento do trimestre, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação desta taxa, desta vez para 7,5% a.a., em vigor a partir de 1 de janeiro até 31 de março de 2016.

2015								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
14,14%	7,0%	0,84615%	17,68%	8,8%	1,05769%	21,21%	10,5%	1,26923%

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
2015				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.586.187	1.875.624	2.234.371
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	10.054.911	12.292.112	14.694.200
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	220.717	262.153	305.413
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$ LIBOR	146.957	150.191	168.574
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(1.539.840)	(1.620.855)	(1.703.948)
Total vinculado a taxas de juros		10.468.932	12.959.225	15.698.610

CONSOLIDADO				
2015				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.120.449	2.516.488	2.980.156
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	10.669.673	13.047.050	15.566.283
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	942.049	1.119.643	1.304.957
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$ LIBOR	562.123	660.468	715.699
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(198.734)	(211.566)	(231.488)
Total vinculado a taxas de juros		14.095.560	17.132.083	20.335.607

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 99,20% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinanciar dívidas.

A Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações e com a posição de liquidez existente no balanço.

Face ao atual cenário econômico dos mercados onde a Companhia atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo a Companhia anunciou em 9 de março de 2016, conforme mencionado na Nota 1, a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	7.144.536	6.640.237	15.343.372	374.571	29.502.716
Debêntures (i)	1.621.538	4.104.841			5.726.379
Fornecedores (ii)	183.316				183.316
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	42.694	162.903	108.601	165.457	479.655

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	15.281.737	24.997.733	16.894.491	6.242.921	63.416.882
Debêntures (i)	1.621.538	4.170.474	16.849		5.808.861
Fornecedores (ii)	1.226.071				1.226.071
Autorizações e concessões (iii)	911.930	6.607			918.537
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	78.432	270.030	180.020	266.606	795.088

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;

- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação;
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período; e
- (iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida (Nota 1).

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “*Covenants*”.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.679.374	13.748.891	44.519.320	45.357.481
Deduções da receita bruta	(7.450.384)	(7.217.790)	(17.165.555)	(17.110.382)
Tributos	(1.908.559)	(2.129.791)	(8.148.655)	(8.906.909)
Outras deduções	(5.541.825)	(5.087.999)	(9.016.900)	(8.203.473)
Receitas de vendas e/ou serviços	6.228.990	6.531.101	27.353.765	28.247.099

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Receitas de vendas e/ou serviços	6.228.990	6.531.101	27.353.765	28.247.099
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(796.660)	(1.151.464)	(1.808.845)	(2.689.815)
Pessoal (i)	(493.124)	(667.824)	(2.719.530)	(2.829.307)
Serviços de terceiros	(1.362.972)	(1.507.380)	(6.317.233)	(6.258.606)
Serviço de manutenção da rede	(591.707)	(561.042)	(1.901.569)	(1.923.074)
Custo de aparelhos e outros			(284.637)	(730.444)
Publicidade e propaganda	(11.818)	(69.491)	(405.626)	(674.275)
Aluguéis e seguros	(509.715)	(491.641)	(3.599.830)	(3.119.521)
Provisões	(440.970)	(400.890)	(861.500)	(779.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.140)	(94.170)	(721.175)	(649.463)
Despesa com perda de imparidade (Nota 28)	(89.176)		(89.176)	
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	(4.359.022)	1.415.358	(1.128.522)	(1.628.867)
Outras receitas operacionais, líquidas (iii)	298.320	683.914	277.954	3.245.643
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(8.446.984)	(2.844.630)	(19.559.689)	(18.037.043)
Depreciação e amortização	(959.146)	(862.796)	(5.091.680)	(4.535.418)
Total das despesas operacionais	(9.406.130)	(3.707.426)	(24.651.369)	(22.572.461)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(3.177.140)	2.823.675	2.702.396	5.674.638
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	1.513.699	840.628	4.904.550	1.344.767
Despesas financeiras	(5.004.447)	(3.722.218)	(13.307.650)	(5.891.332)
Total do resultado financeiro	(3.490.748)	(2.881.590)	(8.403.100)	(4.546.565)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(6.667.888)	(57.915)	(5.700.704)	1.128.073
Imposto de renda e contribuição social	664.838	64.743	(715.039)	(1.119.955)
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas	(6.003.050)	6.828	(6.415.743)	8.118
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 28)	1.068.142	(4.414.539)	1.068.142	(4.414.539)
Prejuízo do exercício	(4.934.908)	(4.407.711)	(5.347.601)	(4.406.421)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(4.934.908)	(4.407.711)	(4.934.908)	(4.407.711)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(412.693)	1.290
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.534.058)	(2.860.665)	(15.308.634)	(15.229.602)
Despesas com vendas	(1.078.923)	(1.311.597)	(4.744.518)	(5.611.772)
Despesas gerais e administrativas	(1.242.956)	(1.247.489)	(3.832.995)	(3.751.410)
Outras receitas operacionais	427.922	966.668	1.630.056	4.466.914
Outras despesas operacionais	(873.534)	(613.893)	(2.373.395)	(2.440.710)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.104.581)	1.359.550	(21.883)	(5.881)
Total das despesas operacionais	(9.406.130)	(3.707.426)	(24.651.369)	(22.572.461)

- (i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 4.262 (2014 - R\$ 8.326) no consolidado.
- (ii) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 4.104.581 na controladora (receita de R\$ 1.359.550 – 2014) e despesa de R\$ 21.883 (despesa de R\$ 5.881 – 2014) no consolidado.

- (iii) As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluem reversão de contingência cível no valor de R\$ 325.709 decorrentes de reavaliação de metodologia de cálculo e R\$ 47.756 de custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas no período. Em dezembro de 2014, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas incluem essencialmente o ganho na venda, líquido de despesas de transação, no montante de R\$ 2,4 bilhões registrado no âmbito do acordo firmado em 3 de dezembro de 2013 pela Companhia com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma das suas subsidiárias detentora de 2.007 torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel, R\$ 355 milhões decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários e reversão de R\$ 476 milhões da provisão referente à adesão ao REFIS.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	188.411	4.928	3.349.783	32.444
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	287.838	384.385	740.417	762.498
Rendimentos de aplicações financeiras	97.604	168.907	235.042	354.526
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	434.658	154.920	29.057	1.066
Outras receitas (i)	505.188	127.488	550.251	194.233
Total	1.513.699	840.628	4.904.550	1.344.767
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(6.117.950)	(1.109.302)	(10.908.438)	(1.464.510)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.160.341)	(789.961)	(3.178.461)	(1.979.414)
Juros sobre debêntures	(868.964)	(951.032)	(871.977)	(953.863)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	4.330.129	157.241	5.797.102	427.384
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(430.142)	(261.837)		
Sub-total:	(4.247.268)	(2.954.891)	(9.161.774)	(3.970.403)
b) Outros encargos				
(Perda) ganho com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)	294.607		(1.854.203)	
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(303.004)	(264.697)	(831.918)	(811.791)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(358.218)	(188.020)	(712.799)	(385.824)
Atualização monetária de provisões	(72.583)	(114.912)	(176.297)	(233.276)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(47.718)	(82.282)	(93.784)	(132.194)
Outras despesas (iii)	(270.263)	(117.416)	(476.875)	(357.844)
Sub-total:	(757.179)	(767.327)	(4.145.876)	(1.920.929)
Total	(5.004.447)	(3.722.218)	(13.307.650)	(5.891.332)
Resultado financeiro	(3.490.748)	(2.881.590)	(8.403.100)	(4.546.565)

- (i) Refere-se, substancialmente, ao ganho nas operações de pagamento de debêntures próprias.
- (ii) Refere-se, substancialmente, a perda de R\$ 2.208 milhões devido a desvalorização do valor justo do investimento financeiro na Unitel (Nota 28), líquido da reclassificação da variação cambial acumulada até a data do “impairment” em outros resultados abrangentes.

(iii) Representado, principalmente, por taxas e comissões financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(48.127)	(11.970)	(781.576)	(622.001)
Do exercício	(37.335)	(16.997)	(607.805)	(617.528)
De exercícios anteriores (i)	(10.792)	5.027	(173.771)	(4.473)
Tributos diferidos	712.965	76.713	66.537	(497.954)
Total	664.838	64.743	(715.039)	(1.119.955)
Tributos correntes e diferidos (do exercício)	675.630	59.716	(541.268)	(1.115.482)
Tributos correntes (de exercícios anteriores)	(10.792)	5.027	(173.771)	(4.473)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(6.667.888)	(123.630)	(5.700.704)	1.128.073
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	2.267.082	42.034	1.938.240	(383.545)
Equivalência patrimonial	(1.395.558)	439.904	(7.440)	(2.000)
Efeitos tributários dos JSCP	1.087	(210.141)		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (ii)	1.495	24	7.332	36.281
Exclusões (adições) permanentes (iii)	142.443	(212.105)	88.756	(755.879)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				446
Provisão para perda de créditos fiscais diferidos (iv)	(340.919)		(1.391.869)	
Ativo fiscal diferido não constituído (v)			(236.726)	(46.917)
Ativo fiscal diferido constituído				52.438
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (vi)			(939.561)	(16.306)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	675.630	59.716	(541.268)	(1.115.482)

- (i) Em 2015, refere-se a compensação do Parcelamento PRORELIT no montante de R\$ 132.783 e baixa de parte de contingência ILL – Imposto sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 32.893. Em 2014, refere-se a baixa de créditos prescritos e constituição de saldo negativo de 2010.
- (ii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (iii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos. Em 2014, os principais efeitos estão associados a amortização de ágio (período pré-incorporação), quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei nº 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei nº 13.043/2014 (R\$ 366 milhões na controladora e R\$ 443 milhões no consolidado) e baixa de

créditos fiscais de improvável realização relativos a perdas potenciais das ações detidas da PT SGPS pela controlada TMAR (R\$ 266 milhões no consolidado).

- (iv) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).
- (v) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa gerados no próprio ano.
- (vi) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pela Lei nº 12.973/2014.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime em vigor até 31 de dezembro de 2014 (para os não optantes pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014).

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, cujas alterações em relação ao texto original não alteram as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei, passando a sujeitar-se às suas disposições desde 1 de janeiro de 2015.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e contas bancárias	177.573	110.239	1.111.840	532.285
Equivalentes de caixa	1.341.011	243.845	13.786.223	1.916.921
Total	1.518.584	354.084	14.898.063	2.449.206

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
"Time Deposits"	4.175	31.426	10.734.985	205.523
CDB – Certificado de Depósito Bancário	589.664	48.875	1.387.158	920.116
Operações compromissadas	744.220	160.622	1.637.798	773.487
Outros	2.952	2.922	26.282	17.795
Equivalentes de caixa	1.341.011	243.845	13.786.223	1.916.921

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
"Time Deposits"			1.700.386	
Títulos privados	20.580	18.465	125.966	111.285
Títulos públicos	14.486	19.551	101.334	171.415
Outros	3.667	4.886		
Total	38.733	42.902	1.927.686	282.700
Circulante	18.153	24.437	1.801.720	171.415
Não circulante	20.580	18.465	125.966	111.285

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em euros.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Serviços faturados	2.176.019	1.576.128	6.733.219	5.481.028
Serviços a faturar	448.768	620.740	1.296.562	1.450.777
Aparelhos e acessórios vendidos	80.331	62.135	911.077	1.032.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(276.367)	(280.445)	(561.139)	(513.787)
Total	2.428.751	1.978.558	8.379.719	7.450.040

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	1.868.784	1.720.802	6.855.027	5.878.915
Vencidas até 60 dias	624.402	368.536	1.296.612	1.388.330
Vencidas de 61 a 90 dias	34.392	33.351	146.608	136.200
Vencidas de 91 a 120 dias	27.415	23.723	121.916	113.212
Vencidas de 121 a 150 dias	22.362	20.395	124.887	102.139
Vencidas acima de 150 dias	127.763	92.196	395.808	345.031
Total	2.705.118	2.259.003	8.940.858	7.963.827

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2014	(294.212)	(654.042)
Aquisição de investimentos – PT Portugal		(652.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.170)	(684.017)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	107.937	712.128
Variações cambiais		6.841
Transferência para ativos mantidos para venda		758.267
Saldo em 2014	(280.445)	(513.787)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.140)	(692.935)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	94.218	645.583
Saldo em 2015	(276.367)	(561.139)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	212.808	18.299	416.125	485.929
CS a recuperar (i)	74.124	6.597	153.059	182.772
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	83.144	194.785	346.389	428.488
Total circulante	370.076	219.681	915.573	1.097.189
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.782.179	1.180.524	1.782.179	1.180.524
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	641.584	424.989	641.584	424.989
IR sobre diferenças temporárias (iv)	2.055.051	921.367	3.030.285	2.073.875
CS sobre diferenças temporárias (iv)	730.550	326.848	993.486	655.156
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	828.306	1.136.874	1.673.150	2.353.806
CS sobre base negativa (iv)	298.190	360.169	615.040	876.478
Subtotal – Tributos diferidos a recuperar	6.335.860	4.350.771	8.735.724	7.564.828
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	125.657	30.490	147.278	60.944
Total não circulante	6.461.517	4.381.261	8.883.002	7.625.772

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	23.240	12.491	211.571	306.366
CS a pagar	58.769	59.386	128.053	170.916
Total circulante	82.009	71.877	339.624	477.282

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2027 (Nota 1).
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento

de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as companhias que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2015, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os créditos tributários, foram constituídas provisões para perdas no montante de R\$ 1.391.869.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos na sua totalidade, no montante de R\$ 454.319 (2014 - R\$ 217.655).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2016		440.652
2017		151.930
2018		129.056
2019		318.929
2020	338.161	565.399
De 2021 a 2023	1.867.934	2.724.495
De 2024 a 2025	1.706.002	1.981.500
Total	3.912.097	6.311.961

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA				
	Saldo em 2014	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Adições / Compensações	Saldo em 2015
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias					
Provisões	1.004.660	(73.909)			930.751
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	33.961	11.800			45.761
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	182.942	(27.941)	22.723		177.724
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	101.596	(666)			100.930
Participação nos lucros	32.019	(8.151)			23.868
Variações cambiais	324.681	1.254.233			1.578.914
Ágio incorporado (i)	1.605.513	(164.517)	982.767		2.423.763
Contabilidade de "hedge"	(63.526)		241.598		178.072
Outras adições e exclusões temporárias	(368.118)	50.173	67.526		(250.419)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL					
Provisão para perda		(340.919)			(340.919)
Prejuízos fiscais	1.136.874	67.090		(92.066)	1.111.898
Base negativa de CSLL	360.169	28.470		(33.122)	355.517
Total	4.350.771	795.663	1.314.614	(125.188)	6.335.860

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 2014	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Adições / Compensações	Saldo em 2015
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias					
Provisões	1.534.792	(141.705)			1.393.087
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	133.958	12.298			146.256
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	183.148	(28.905)	22.193		176.436
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	592.279	66.591			658.870
Participação nos lucros	86.534	(22.291)			64.243
Variações cambiais	556.389	1.221.972			1.778.361
Ágio incorporado (i)	1.605.513	(164.517)	982.767		2.423.763
Contabilidade de "hedge"	(63.695)		271.304		207.609
Outras adições e exclusões temporárias	(294.374)	(174.243)	67.526		(401.091)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL					
Provisão para perda		(1.391.869)			(1.391.869)
Prejuízos fiscais	2.353.806	557.467		(234.122)	2.677.151
Base negativa de CSLL	876.478	210.693		(84.263)	1.002.908
Total	7.564.828	145.491	1.343.790	(318.385)	8.735.724

- (i) Como consequência da incorporação da TmarPart pela Oi ocorrida em 1 de setembro de 2015, a Companhia registrou o benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social, decorrente do aproveitamento fiscal dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia, fundamentados em resultados futuros da Companhia.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
ICMS a recuperar (i)	371.479	414.280	1.285.800	1.512.543
PIS e COFINS	18.718	17.184	200.029	181.772
Outros	15.102	14.811	97.056	101.851
Total	405.299	446.275	1.582.885	1.796.166
Circulante	210.603	247.507	922.986	1.054.255
Não circulante	194.696	198.768	659.899	741.911

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
ICMS	295.271	278.999	759.922	709.126
ICMS Convênio nº 69/1998	18.859	16.884	33.998	80.287
PIS e COFINS	382.680	385.613	668.888	664.278
FUST/FUNTTEL/Rádiodifusão	108.319	107.637	861.212	807.576
Outros	83.203	109.993	153.968	281.059
Total	888.332	899.126	2.477.988	2.542.326
Circulante	762.079	810.513	1.553.651	1.667.599
Não circulante	126.253	88.613	924.337	874.727

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Cíveis	7.288.084	6.967.000	9.459.735	8.919.658
Tributárias	669.982	639.013	2.548.720	2.466.187
Trabalhistas	1.356.218	1.161.776	2.368.902	2.007.822
Total	9.314.284	8.767.789	14.377.357	13.393.667
Circulante	887.449	881.595	1.258.227	1.133.639
Não circulante	8.426.835	7.886.194	13.119.130	12.260.028

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Investimentos em controladas	17.118.485	19.160.523		
Negócios em conjunto			63.837	74.803
Investimentos em coligadas			39.003	21.558
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio “Goodwill”	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	20.471	20.471
Total	17.144.175	19.186.213	154.890	148.411

Conforme mencionado na Nota 1, no processo de venda da PT Portugal para Altice, a Companhia passou a deter investimento direto nas empresas PT Participações, PTIF, CVTEL e Carrigans.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2014	19.437.617	173.640
Equivalência patrimonial (i)	1.359.550	(5.881)
Equivalência patrimonial PT Portugal transferida para operações descontinuadas	(250.061)	
Aquisição de investimento – PT Portugal (Nota 1)	5.709.900	
Aumento de capital na PT Portugal (ii)	3.849.423	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes – PT Portugal	(582.774)	
Variação cambial sobre o investimento na PT Portugal	441.899	
Transferência para ações em tesouraria	(263.028)	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	(5.078)	
Investimento PT Portugal transferido para ativos mantidos para venda	(9.805.091)	
Dividendos e juros sobre capital próprio de controladas	(685.951)	(4.968)
Outros	(20.193)	(14.380)
Saldo em 2014	19.186.213	148.411
Transferência de ativos mantidos para venda para investimentos	(1.858.415)	
Equivalência patrimonial (i)	(4.104.581)	(21.883)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	(56.635)	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	11.266	11.266
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	1.499.244	17.187
Aumento de capital em controladas (Nota 22)	2.125.200	
Transferência de investimentos p/ provisão para patrimônio líquido negativo (Nota 22)	314.180	
Aquisição de controlada sobre controle comum (Nota 22)	121.618	
Dividendos de controladas	(93.915)	
Outros		(91)
Saldo em 2015	17.144.175	154.890

- (i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa, principalmente, aos investimentos de negócios em conjunto e em coligadas (Nota 1).
- (ii) Em maio de 2014, foi efetuado aporte de capital na PT Portugal no montante de € 1.250 milhões com o objetivo de pré-pagamento de dívidas a fim de reduzir o endividamento em Euros da Companhia.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			2015			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	16.635.856	(2.082.546)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	591.494	222.860	215.538.129		50	100
Oi Holanda	(47.205)	(187.775)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	6.147	8.195	799		100	100
PTIF	(266.785)	(550.136)	0,042		100	100
CVTEL	(190)	(193)	18		100	100
Carrigans	98		0,100		100	100

CONTROLADORA			
2015			
Controladas	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo
TMAR	(2.082.546)	16.635.856	
Rio Alto	111.430	295.747	
Oi Holanda	(187.775)		47.205
Oi Serviços Financeiros	8.195	6.147	
PTIF	(550.136)		266.785
CVTEL	(193)		190
Carrigans		98	
Resultado não realizado com investidas	79.024	180.637	
Operações na África (i)	12.009		
PT Participações (i)	(1.494.589)		
Total	(4.104.581)	17.118.485	314.180

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

			CONTROLADORA			
			2014			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	18.642.154	1.099.709	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	538.889	171.087	215.538.129		50	100
Oi Holanda	140.570	76.866	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	6.740	8.986	799		100	100

	CONTROLADORA	
	2014	
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento
TMAR	1.099.709	18.642.154
Rio Alto	93.013	269.445
Oi Holanda	76.922	140.570
Oi Serviços Financeiros	8.986	6.740
BrT Venezuela	(603)	
Resultado não realizado com investidas	15.808	101.614
Operações em África (ii)	65.715	
Total	1.359.550	19.160.523

(ii) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África, classificadas como ativos mantidos para venda, do período de 5 de maio à 31 de dezembro de 2014.

Informações financeiras resumidas

Controladas	2015		
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.822.800	20.186.944	10.428.130
Oi Holanda	24.886.102	24.933.307	
PTIF	18.910.725	19.177.510	
Rio Alto	686.913	95.419	457.372
Oi Serviços Financeiros	79.084	72.937	5.457
CVTEL	14	204	

Controladas	2014		
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.502.209	17.860.055	11.599.983
Oi Serviços Financeiros	63.239	56.499	
Oi Holanda	4.211.322	4.070.752	
Rio Alto	659.246	120.357	349.071
Operações em África (Nota 28)	7.642.738	851.273	633.939

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2014	834.104	5.195.236	16.492.574	4.173.512	959.329	2.022.561	29.677.316
Adições	885.845		54.100	385		2.126	942.456
Baixas		(1.782)	(28.887)	(32.366)		(5.861)	(68.896)
Transferências	(1.249.722)	67.069	1.404.364	(247.251)	60.933	(35.393)	
Transferências de ativos mantidos para venda				5.841	46.677	111	52.629
Saldo em 2014	470.227	5.260.523	17.922.151	3.900.121	1.066.939	1.983.544	30.603.505
Adições	597.453		47.838	1.988	65.867	21.231	734.377
Baixas		(1.093)	(7.768)	(25.610)	(3.941)	(12.827)	(51.239)
Transferências	(935.937)	(9.683)	432.730	383.893	27.083	101.914	
Saldo em 2015	131.743	5.249.747	18.394.951	4.260.392	1.155.948	2.093.862	31.286.643
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2014		(5.018.200)	(13.652.151)	(3.402.849)	(634.666)	(1.570.725)	(24.278.591)
Despesas de depreciação		(40.572)	(374.910)	(303.251)	(21.736)	(42.592)	(783.061)
Baixas		1.017	26.784	29.343		5.710	62.854
Transferências		(31.579)	(967.109)	916.217	(61.505)	143.976	
Transferências de ativos mantidos para venda				(3.183)	(26.113)	(90)	(29.386)
Saldo em 2014		(5.089.334)	(14.967.386)	(2.763.723)	(744.020)	(1.463.721)	(25.028.184)
Despesas de depreciação		(36.547)	(430.477)	(262.235)	(1.766)	(74.352)	(805.377)
Baixas			7.004	24.805	958	12.240	45.007
Transferências		15.831	(8.162)	(673)	19.353	(26.349)	
Saldo em 2015		(5.110.050)	(15.399.021)	(3.001.826)	(725.475)	(1.552.182)	(25.788.554)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2014	470.227	171.189	2.954.765	1.136.398	322.919	519.823	5.575.321
Saldo em 2015	131.743	139.697	2.995.930	1.258.566	430.473	541.680	5.498.089
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2014	4.569.682	18.433.046	40.786.730	26.560.833	2.901.761	5.107.575	98.359.627
Aquisição de investimentos – PT Portugal	452.844	6.004.681	4.537.199	16.357.177	2.957.154	9.693.740	40.002.795
Adições	3.029.820	63.899	1.000.298	308.985	92.788	271.954	4.767.744
Baixas	(2.083)	(1.782)	(62.981)	(103.997)	(268)	(8.410)	(179.521)
Transferências	(4.944.777)	317.773	6.045.939	(1.711.939)	537.675	(368.441)	(123.770)
Variações cambiais	20.468	288.829	255.552	785.557	148.022	469.466	1.967.894
Transferências para ativos mantidos para venda	(468.545)	(6.338.824)	(4.900.950)	(17.171.247)	(2.995.379)	(10.373.620)	(42.248.565)
Saldo em 2014	2.657.409	18.767.622	47.661.787	25.025.369	3.641.753	4.792.264	102.546.204
Incorporação de controladas			135	780		18.370	19.285
Adições	2.893.198	14.274	271.389	15.792	185.588	243.459	3.623.700
Baixas		(3.282)	(62.148)	(520.504)	(79.160)	(15.529)	(680.623)
Transferências	(3.894.026)	70.070	1.992.540	1.502.411	(209.257)	538.262	
Saldo em 2015	1.656.581	18.848.684	49.863.703	26.023.848	3.538.924	5.576.826	105.508.566
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2014		(16.205.637)	(30.382.012)	(21.106.757)	(1.974.138)	(3.904.797)	(73.573.341)
Aquisição de investimentos – PT Portugal		(5.685.512)	(3.169.003)	(11.029.655)	(1.238.292)	(7.840.705)	(28.963.167)
Despesas de depreciação		(400.354)	(2.452.283)	(746.509)	(151.149)	(580.115)	(4.330.410)
Baixas		1.017	50.470	50.394	186	7.697	109.764
Transferências		(3.027)	(2.132.253)	2.022.793	381.324	(145.499)	123.338
Variações cambiais		(275.108)	(168.315)	(534.544)	(63.973)	(393.646)	(1.435.586)
Transferências para ativos mantidos para venda		6.032.368	3.559.523	11.706.376	1.273.000	8.621.957	31.193.224
Saldo em 2014		(16.536.253)	(34.693.873)	(19.637.902)	(1.773.042)	(4.235.108)	(76.876.178)
Incorporação de controladas			(109)	(169)		(8.854)	(9.132)
Despesas de depreciação		(361.241)	(2.063.912)	(1.029.500)	(79.490)	(250.130)	(3.784.273)
Baixas		2.189	60.407	519.006	62.290	14.316	658.208
Transferências		(29.376)	94.258	(5.608)	53.913	(113.187)	
Saldo em 2015		(16.924.681)	(36.603.229)	(20.154.173)	(1.736.329)	(4.592.963)	(80.011.375)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2014	2.657.409	2.231.369	12.967.914	5.387.467	1.868.711	557.156	25.670.026
Saldo em 2015	1.656.581	1.924.003	13.260.474	5.869.675	1.802.595	983.863	25.497.191
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.840.055 (2014 – R\$ 2.841.541), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.055.876 (2014 - R\$ 8.199.356).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 10% a.a.

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 01/01/2014	5.821	2.263.582	148.460	2.417.863
Adições	56.726		12.966	69.692
Transferências	60.703		(60.703)	
Saldo em 2014	123.250	2.263.582	100.723	2.487.555
Adições	60.393	85.919	551	146.863
Transferências	(76.076)	75.638	438	
Saldo em 2015	107.567	2.425.139	101.712	2.634.418
Amortização acumulada				
Saldo em 01/01/2014		(2.110.414)	(57.575)	(2.167.989)
Despesas de amortização		(65.162)	(14.573)	(79.735)
Saldo em 2014		(2.175.576)	(72.148)	(2.247.724)
Despesas de amortização		(151.987)	(1.782)	(153.769)
Saldo em 2015		(2.327.563)	(73.930)	(2.401.493)
Intangível líquido				
Saldo em 2014	123.250	88.006	28.575	239.831
Saldo em 2015	107.567	97.576	27.782	232.925
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO						
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Carteira de clientes	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2014	615.473	184.387	6.657.925	4.041.011		931.964	12.430.760
Aquisição de investimentos – PT Portugal	10.574.704	52.819	575.983	1.656.050	3.215.523	3.091.687	19.166.766
Adições		487.895	248.470			282.688	1.019.053
Baixas	(1.754)	(1.574)				(15.031)	(18.359)
Transferências		(519.904)	451.615			36.401	(31.888)
Variações cambiais	507.532	1.256	44.200	78.963	153.469	124.238	909.658
Transferências para ativos mantidos para venda	(11.082.236)	(48.161)	(667.884)	(1.735.013)	(3.368.992)	(3.291.736)	(20.194.022)
Saldo em 2014	613.719	156.718	7.310.309	4.041.011		1.160.211	13.281.968
Incorporação de controladas	92.453		1.382				93.835
Adições		438.445	136.982			51.331	626.758
Transferências		(469.322)	459.078			10.244	
Saldo em 2015	706.172	125.841	7.907.751	4.041.011		1.221.786	14.002.561
Amortização acumulada							
Saldo em 01/01/2014	(461.078)		(5.348.057)	(2.072.607)		(629.527)	(8.511.269)
Aquisição de investimentos – PT Portugal			(428.721)	(514.850)		(2.155.564)	(3.099.135)
Despesas de amortização			(571.298)	(359.396)	(169.982)	(392.628)	(1.493.304)
Baixas	1.433		11.673			26.373	39.479
Transferências			(28.171)	(26.246)	(7.970)	(89.734)	(152.121)
Variações cambiais			(260)			260	
Transferências para ativos mantidos para venda			489.838	578.878	177.952	2.378.692	3.625.360
Saldo em 2014	(459.645)		(5.874.996)	(2.394.221)		(862.128)	(9.590.990)
Incorporação de controladas			(1.276)				(1.276)
Despesas de amortização			(662.068)	(285.957)		(160.499)	(1.108.524)
Saldo em 2015	(459.645)		(6.538.340)	(2.680.178)		(1.022.627)	(10.700.790)
Intangível líquido							
Saldo em 2014	154.074	156.718	1.435.313	1.646.790		298.083	3.690.978
Saldo em 2015	246.527	125.841	1.369.411	1.360.833		199.159	3.301.771
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%		16%	

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2015 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 11,8% para TV, 6% para Meios de pagamento, 13,7% para Provedor de internet RII, 1% para Multimídia RII e 3% para Serede, taxa de desconto de 13,2% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	2.376.108
Meios de pagamento	69.982	36.211	106.193	168.784
Provedor de internet RII	42.898	72.828	115.726	393.296
Multimídia RII	156.370	7.345	163.715	600.790
Serede (i)	10.260	92.453	102.713	318.338
Total	326.233	246.527	572.760	3.857.316

(i) Em outubro de 2015, a Serede controlada indireta da Companhia adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont manterá a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia. A aquisição dos ativos e passivos da Telemont no Estado do Rio de Janeiro foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, tendo sido determinado um ágio na aquisição no valor de R\$ 92.453

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	222.451	218.879	1.282.493	1.708.777
Serviços	978.224	828.806	3.059.394	1.985.629
Aluguel de postes e direito de passagem	120.050	274.261	341.143	422.423
Outros	67.795	75.664	321.803	219.737
Total	1.388.520	1.397.610	5.004.833	4.336.566

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2015	2014	2015	2014	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
“Senior Notes”	11.163.801	8.750.141	38.670.111	12.737.364		
Moeda nacional	1.090.716	1.136.801	1.090.716	1.136.801	dez/2015 à set/2016	11,62
Moeda estrangeira	10.073.085	7.613.340	37.579.395	11.600.563	dez/2015 à fev/2022	15,24
Instituições financeiras	5.196.600	3.167.440	17.540.795	15.778.442		
CCB - Cédula de Crédito Bancário		1.310.573	2.416.314	4.503.810	dez/2015 à jan/2028	12,08
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	450.263	482.302	1.397.504	1.496.674	dez/2015 à ago/2022	14,10
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	2.006.070	1.374.565	10.986.710	9.777.958	dez/2015 à dez/2033	12,28
Linha de crédito rotativo	2.740.267		2.740.267		dez/2015 à out/2016	21,65
Debêntures públicas	4.094.737	7.760.378	4.144.760	7.807.389	dez/2015 à jul/2021	11,82
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 26)	13.035.521	5.252.853			dez/2015 à mai/2022	16,43
Subtotal	33.490.659	24.930.812	60.355.666	36.323.195		
Custo de transação incorrido	(266.783)	(289.380)	(498.249)	(473.800)		
Total	33.223.876	24.641.432	59.857.417	35.849.395		
Circulante	5.502.425	1.901.051	11.809.598	4.463.728		
Não circulante	27.721.451	22.740.381	48.047.819	31.385.667		

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da PT Portugal para a Altice S.A. Como parte do processo de venda da PT Portugal o endividamento da subsidiária PTIF (classificado anteriormente

como passivos associados a ativos mantidos para venda) se manteve com a Oi juntamente com o caixa de igual montante, sendo reclassificado para endividamento da Companhia. As dívidas originárias são representadas pela emissão de EMTN “Notes” com vencimento entre 2016 a 2025.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Instituições financeiras	260.048	258.867	491.514	443.287
Debêntures públicas	6.735	30.513	6.735	30.513
Total	266.783	289.380	498.249	473.800
Circulante	60.668	63.711	117.531	107.695
Não circulante	206.115	225.669	380.718	366.105

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Euro	2.456.578	2.412.691	24.221.508	2.412.691
Dólar Norte Americano	11.074.143	5.217.645	22.713.644	12.368.551
Reais	19.693.155	17.011.096	12.922.265	21.068.153
Total	33.223.876	24.641.432	59.857.417	35.849.395

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Taxa pré-fixada	11.200.270	8.765.810	39.892.444	14.146.444
Libor	3.625.537	225.873	8.812.005	2.762.046
CDI	17.055.791	11.982.478	6.347.119	9.811.490
TJLP	715.995	777.669	3.148.581	5.149.392
IPCA	505.147	2.768.443	1.475.381	3.798.431
INPC	121.136	121.159	181.887	181.592
Total	33.223.876	24.641.432	59.857.417	35.849.395

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2015			
2017	3.595.264	8.495.856	51.676	99.446
2018	1.140.311	6.532.989	48.180	90.667
2019	2.408.583	7.072.157	44.489	80.698
2020	7.352.250	14.563.635	37.961	63.127
2021 e exercícios seguintes	13.431.158	11.763.900	23.809	46.780
Total	27.927.567	48.428.537	206.115	380.718

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

“Senior Notes” – Moeda Estrangeira e Nacional

Em junho de 2015 a Oi Holanda emitiu “Senior Notes” no montante de 600 milhões de Euros, com taxa de remuneração de 5,625% a.a. e vencimento em 2021, com o objetivo de refinanciar as dívidas da Oi e de suas subsidiárias. Com base nos recursos captados com a referida emissão a Companhia realizou aquisições no montante total de € 148 milhões de “Notes” anteriormente emitidas com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% e com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242%. Além disso, houve a adesão de troca por “Notes” da nova emissão, no montante total de € 173 milhões das “Notes” com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242% e com vencimento em dezembro de 2017 e cupom de 5,125%.

Em julho de 2015 a Portugal Telecom International Finance (PTIF) recomprou com o imediato cancelamento 169.793 “Notes”, dos detentores que optaram por exercer o direito de venda das “Senior Notes” do “Retail Bond” emitido em julho de 2012 no montante original de € 400 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia detinha obrigações de sua emissão adquiridas no mercado pelo montante de aproximadamente US\$ 33 milhões, as quais mantém em carteira e se destinam a ser canceladas ou mantidas até à maturidade.

Instituições Financeiras

Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contraparte da Companhia e suas subsidiárias são: SEK – “Swedish Export Corporation”; CDB – “China Development Bank”; ONDD – “Office National Du Ducroire”; e FEC – “Finnish Export Credit”.

Em fevereiro de 2015, foram desembolsados US\$ 42,8 milhões (R\$ 123,2 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto à ONDD (“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst”) em março de 2013, no valor total de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em março de 2015, foram desembolsados US\$ 141,3 milhões (R\$ 461,1 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto à Finnvera (“Finnish Export Credit Ltd”) em outubro de 2014, no valor de US\$ 397,4 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em dezembro de 2015, a TMAR contratou novas linhas de crédito junto ao CDB (“China Development Bank”) no valor total de US\$ 1.200 milhões que visam suportar o refinanciamento das suas dívidas e da controladora Oi e financiar a compra de equipamentos e serviços da Huawei Technologies. Foram desembolsados US\$ 632,5 milhões (R\$ 2.515 milhões).

Linha de crédito rotativo

Em maio de 2015 foram desembolsados US\$ 300 milhões (R\$ 955,7 milhões), e em abril de 2015 foram desembolsados US\$ 400 milhões (R\$ 1.167,7 milhões) da linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) assinada pela Oi junto à instituições financeiras (Citigroup Global Markets Inc., HSBC Securities (USA) Inc. Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated and RBS Securities Inc.) em outubro de 2011, no valor de US\$ 1.000 milhão com o objetivo de prover capital de giro para a Oi e suas subsidiárias ou para outros propósitos em geral.

Em setembro de 2015, a Companhia realizou o pré-pagamento do montante total desembolsado, R\$ 1.300 milhões, da linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratada junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander. O montante total da linha é de R\$ 1.500 milhões.

Debêntures públicas

Em 2015 a Companhia realizou a recompra e imediato cancelamento de Debêntures Públicas não conversíveis em ações, da espécie quirografária de distribuição pública: (1) 38.965 debêntures da 1ª Série da 9ª Emissão; (2) 155.713 debêntures da 2ª Série da 9ª Emissão; (3) 24.002 debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão e (4) 100 debêntures da 7ª Emissão.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.684 milhões.

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “*Notes*” da subsidiária PTIF passaram a contar com a garantia da Oi no montante de R\$ 19.228.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. O cumprimento destes índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente, dependendo dos financiamentos.

Em 2015, a Oi obteve “*waivers*” temporários junto dos seus credores beneficiados do “*covenant*” financeiro correspondente à razão “Dívida Bruta Total da Companhia/Ebitda”. De acordo com os termos dos “*waivers*” obtidos, a Companhia deverá manter um “*ratio*” “Dívida Bruta Total/Ebitda” não maior que 6,00 vezes durante o prazo concedido no “*waiver*”, que terminou em 31 de dezembro de 2015.

Ainda em 2015, a Oi obteve novos “*waivers*” temporários junto dos seus credores, onde ficou acordada a alteração do “*covenant*” financeiro para a razão “Dívida Líquida Total da Companhia/Ebitda” o qual deverá ser igual ou inferior a 6,00 vezes. A maioria destes “*waivers*” é aplicável nas datas de mensuração até 31 de dezembro de 2016, apesar de existirem alguns aplicáveis para períodos inferiores de tempo. A Companhia pretende obter novos “*waivers*” dos credores que concederam prazos inferiores a 31 de dezembro de 2016 de forma tempestiva.

Adicionalmente, a maioria dos “*waivers*” temporários aplicáveis até 31 de dezembro de 2016 requerem que a Companhia use o caixa recebido na venda da PT Portugal no pagamento de financiamentos ou no processo de consolidação do setor das telecomunicações no Brasil.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros que causasse vencimento antecipado de outras dívidas.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Ativos				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	5.258.200	2.113.061	6.805.084	2.871.904
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros		1.327	445.740	196.017
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	101.923	141.072	102.329	153.560
Contratos de Opção	33.550		33.550	
Total	5.393.673	2.255.460	7.386.703	3.221.481
Circulante	103.537	141.096	606.387	340.558
Não circulante	5.290.136	2.114.364	6.780.316	2.880.923
Passivos				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	1.151.896	326.329	1.197.157	413.573
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros	591.862	233.643	594.433	241.138
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	635.815	11.864	686.488	12.211
Contratos de Opção	32.265		32.265	
Total	2.411.838	571.836	2.510.343	666.922
Circulante	1.890.443	444.106	1.988.948	523.951
Não circulante	521.395	127.730	521.395	142.971

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
SMP			905.601	1.238.209
Concessões do STFC		40.052	12.936	123.731
Total		40.052	918.537	1.361.940
Circulante		40.052	911.930	675.965
Não circulante			6.607	685.975

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2016	911.930
2017	3.147
2018	3.147
2019	313
Total	918.537

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	475.319	515.581	791.696	983.904
REFIS II - PAES	4.336	4.336	3.392	6.326
Total	479.655	519.917	795.088	990.230
Circulante	42.694	52.590	78.432	94.041
Não circulante	436.961	467.327	716.656	896.189

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	2015				2014
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	176.567	6.762	203.899	387.228	563.846
Imposto de renda	42.576	4.201	54.120	100.897	119.447
PIS	64.756	1.266	38.116	104.138	102.598
INSS – SAT	527	2.675	6.679	9.881	13.852
Contribuição social	10.414	1.362	13.875	25.651	30.985
CPMF	19.196	2.156	26.959	48.311	39.717
Outros	44.916	5.238	68.828	118.982	119.785
Total	358.952	23.660	412.476	795.088	990.230

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2016	42.694	78.432
2017	54.301	90.010
2018	54.301	90.010
2019	54.301	90.010
2020	54.301	90.010
2021 a 2023	162.902	270.030
2024 a 2025	56.855	86.586
Total	479.655	795.088

Os refinanciamentos nos termos da Lei nº 11.941/2009 e 12.865/2013 foram pactuados em 180 meses. As empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos da Companhia e de suas controladas incluídos nos referidos parcelamentos estão divididos em diversas modalidades, determinadas pela natureza do tributo (previdenciário ou não) e pelo órgão responsável pela administração da dívida (RFB - Receita Federal do Brasil ou PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

Até o momento, a Companhia está ciente a respeito da consolidação de algumas dessas modalidades de parcelamento, ao passo que outras delas ainda se encontram em consolidação pela RFB ou PGFN, estando, portanto sujeitas a confirmação quanto a valores parcelados e saldos remanescentes.

No que se refere aos parcelamentos já verificados pelas autoridades fiscais, a Companhia foi notificada de decisão acatando pedido de revisão formulado por uma de suas controladas para a exclusão de débitos já quitados anteriormente, resultando em redução significativa do saldo remanescente relativo a uma das modalidades de parcelamento. Assim, a Companhia efetuou ajustes contábeis para adequar os correspondentes saldos das contas que registravam tais obrigações ao montante referendado pela RFB ao final do procedimento de revisão da consolidação, resultando em uma reversão do passivo antes constituído no valor de R\$ 168.541.

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao novo programa de parcelamento instituído pelo art. 2º da Lei nº 12.996/2014, no qual puderam ser incluídos débitos relativos a tributos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013. Ao formalizar a sua adesão ao novo programa, a Companhia optou por efetuar o pagamento dos débitos em 30 prestações mensais.

Em novembro de 2014, os saldos dos novos parcelamentos formalizados pela Companhia e suas controladas nos termos do art. 2º da Lei nº 12.996/2014 foram integralmente quitados na forma prevista pelo art. 33 da Lei nº 13.043/2014, ou seja, mediante a compensação de 70% desses valores com montantes de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de CSLL próprios das sociedades de R\$ 256.118 na controladora e de R\$ 302.014 no consolidado, e com o pagamento em espécie do saldo remanescente de 30% de R\$ 109.765 na controladora e de R\$ 129.435 no consolidado. Os requisitos previstos no mencionado diploma legal, e no ato administrativo que regulamentou a sua aplicação foram integralmente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos, incluindo o recolhimento dos valores cujo pagamento deveria ser feito em espécie, ficando as compensações efetuadas sujeitas à análise e confirmação pela Receita Federal do Brasil.

21. PROVISÕES

Composição do saldo

	Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
	Trabalhista				
(i)	Horas extras	227.874	258.072	329.510	471.506
(ii)	Adicionais diversos	46.685	56.054	110.664	131.963
(iii)	Indenizações	55.558	71.460	99.607	152.113
(iv)	Estabilidade / Reintegração	65.005	73.958	97.783	126.070
(v)	Complemento de aposentadoria	55.131	54.080	70.942	83.417
(vi)	Diferenças salariais	28.332	31.719	38.013	52.852
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	14.360	17.891	25.291	29.382
(viii)	Verbas rescisórias	6.045	6.810	15.016	20.235
(ix)	Multas trabalhistas	3.786	3.981	10.275	15.562
(x)	Vínculo empregatício	166	249	6.967	5.717
(xi)	FGTS	4.530	5.822	6.694	9.359
(xii)	Subsidiariedade	483	850	610	1.581
(xiii)	Demais ações	22.805	31.990	38.105	55.267
	Total	530.760	612.936	849.477	1.155.024
	Tributária				
(i)	ICMS	30.947	92.292	308.144	363.025
(ii)	ISS	131	536	71.201	71.666
(iii)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	386	3.634	29.394	31.735
(iv)	ILL			6.882	20.691
(v)	Demais ações	14.314	2.360	76.736	45.504
	Total	45.778	98.822	492.357	532.621
	Cível				
(i)	Societário	1.111.742	1.549.525	1.111.742	1.549.525
(ii)	ANATEL	345.045	328.900	1.148.621	1.104.163
(iii)	Juizado Especial	208.131	148.122	361.474	282.209
(iv)	Demais ações	189.089	203.767	471.295	508.226
	Total	1.854.007	2.230.314	3.093.132	3.444.123
	Total das provisões	2.430.545	2.942.072	4.434.966	5.131.768
	Circulante	622.213	637.244	1.020.994	1.058.521
	Não circulante	1.808.332	2.304.828	3.413.972	4.073.247

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista	425.753	540.345	779.776	1.082.677
Tributária	5.480.219	5.505.144	24.047.529	21.059.009
Cível	377.159	358.735	1.238.279	1.146.745
Total	6.283.131	6.404.224	26.065.584	23.288.431

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2014	596.448	130.831	2.704.473	3.431.752
Atualização monetária	44.236	(367)	71.043	114.912
Adições / (Reversões)	68.822	(4.825)	(16.729)	47.268
Baixas por pagamentos / encerramentos	(96.570)	(26.817)	(528.473)	(651.860)
Saldo em 2014	612.936	98.822	2.230.314	2.942.072
Incorporação da TmarPart		5.397		5.397
Atualização monetária	(7.185)	(18.455)	98.223	72.583
Adições / (Reversões)	(20.791)	(1.975)	170.187	147.421
Baixas por pagamentos / encerramentos	(54.200)	(38.011)	(644.717)	(736.928)
Saldo em 2015	530.760	45.778	1.854.007	2.430.545

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2014	1.142.274	640.372	3.833.671	5.616.317
Aquisição de investimentos – PT Portugal	7.471	86.198	48.040	141.709
Atualização monetária	147.825	(29.680)	115.131	233.276
Adições / (Reversões)	116.230	13.895	340.472	470.597
Baixas por pagamentos / encerramentos	(250.830)	(82.593)	(848.190)	(1.181.613)
Variações cambiais	5	69	36	110
Passivos sobre ativos mantidos para venda	(7.951)	(95.640)	(45.037)	(148.628)
Saldo em 2014	1.155.024	532.621	3.444.123	5.131.768
Incorporação TmarPart e controladas	6.987	6.130	785	13.902
Atualização monetária	(15.016)	33.053	158.260	176.297
Adições / (Reversões)	(113.636)	44.325	635.928	566.617
Baixas por pagamentos / encerramentos	(183.882)	(123.772)	(1.145.964)	(1.453.618)
Saldo em 2015	849.477	492.357	3.093.132	4.434.966

De acordo com avaliações de nossos consultores jurídicos e com base em informações históricas mais completas, a avaliação de perda de um conjunto de processos judiciais trabalhistas em que a Companhia tem responsabilidade acessória passou a ser avaliado como remoto, resultando numa baixa do valor anteriormente registrado.

A Companhia revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos cíveis – societários relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão nas provisões para processos cíveis - societários de R\$ 325.709 na controladora e no consolidado, registrados em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhista

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;

- (iii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iv) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (vi) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (x) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xi) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;
- (xii) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Tributária

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a

aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

- (ii) ISS - A Companhia e a TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.
- (iii) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do exercício de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição vintenária e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus

consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2015, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

- (ii) ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização, PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

Em dezembro de 2013, a ANATEL publicou a Resolução nº. 629/2013 na qual foi aprovado o Regulamento de celebração e acompanhamento do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta. O TAC permite às operadoras de telecomunicações solicitar, em processos nos quais não tenha sido proferida decisão transitada em julgado na esfera administrativa da ANATEL, que as multas sejam convertidas em investimento em infraestrutura, com incentivos adicionais para projetos em áreas de baixo desenvolvimento ou através de benefícios diretos aos consumidores, além da correção das condutas que ensejaram as respectivas multas. Em abril de 2015, a Oi protocolou uma proposta de (a) medidas corretivas para aproximadamente 500 condutas que englobam quase todas as principais causas das multas aplicadas pela ANATEL e (b) de “compromisso adicional” para compensar as contingências da Oi no âmbito do TAC.

Desde então, a ANATEL está avaliando e discutindo o conteúdo dessa proposta com a Oi, cumprindo os ritos formais e previstos no âmbito do TAC, com o objetivo de atender as premissas que motivaram a aprovação deste Regulamento. Atualmente, o processo de negociação do TAC está em fase de conclusão e esperamos que a celebração dos acordos para as condutas relativas a Universalização e Qualidade sejam assinados nos próximos meses. Até 31 de dezembro de 2015 estavam na esfera da ANATEL e em discussão no âmbito do TAC processos no valor aproximado de R\$ 5 bilhões, composto por multas em diferentes etapas da evolução processual - cerca de R\$ 3 bilhões em multas aplicadas e outros R\$ 2 bilhões em multas estimadas.

Caso a Oi deixe de cumprir seus compromissos previstos no TAC ou as obrigações previstas pelos regulamentos da ANATEL, ficará sujeita a penalidades tais como: advertências, multas e, no limite, intervenção pela ANATEL, suspensões temporárias dos serviços ou cancelamento das suas concessões e autorizações. Caso no TAC não seja celebrado uma conduta específica, o respectivo processo administrativo retornará ao seu processo normal, onde a Oi discutirá com a ANATEL a sua natureza e os valores envolvidos, além da implementação das respectivas medidas corretivas, se necessário for.

A ANATEL reviu em 2015 as metodologias de sanções das principais modalidades de infrações, mais precisamente de Direito e Garantia dos Usuários, Qualidade (metas e indicadores) e Licenciamento de Estações, além de já terem passado pelo processo de Consulta Pública as metodologias de Universalização e Óbice à Fiscalização. A Oi e demais integrantes do setor contribuíram nas Consultas Públicas promovidas pela ANATEL nestes temas, enfatizando a necessidade do aprimoramento que busca contribuir com a dosimetria das multas, mantendo o caráter educativo das sanções e a viabilidade econômica das operadoras, reduzindo as discussões judiciais e favorecendo a expansão de investimentos no setor. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha multas fora da esfera da ANATEL que foram determinadas ao abrigo da antiga metodologia de sanções e estão em processo judicial. A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade do valor de algumas multas aplicadas face ao descumprimento identificado.

- (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos; e
- (iv) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 779.776 (2014 - R\$ 1.082.677).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 10.144.485 (2014 - R\$ 7.554.421);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.908.031 (2014 - R\$ 2.588.849);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 1.029.470 (2014 - R\$ 995.994); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 9.965.543 (2014 - R\$ 9.919.745).

Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.238.279 (2014 - R\$ 1.146.745).

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 5.394.597 (2014 - R\$ 5.816.071) na controladora e R\$ 15.577.522 (2014 - R\$ 16.488.245) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Receitas a apropriar	509.650	632.669	1.990.577	2.388.086
Adiantamento de clientes	223.292	95.036	767.905	635.681
Obrigações por aumento de capital em controladas (Nota 13)	2.125.200			
Provisões com indenização a pagar (Nota 28)	668.534		668.534	
Obrigações de compra de participação acionária	382.230	408.978	382.230	408.978
Provisão para patrimônio líquido negativo (Nota 13)	314.180			
Valores a pagar a controlada (Nota 13)	121.618			
Consignação a favor de terceiros	12.480	9.785	43.160	43.062
Provisão para desmobilização de ativos	6.076	5.839	15.437	14.835
Outros	291.039	183.768	356.088	46.229
Total	4.654.299	1.336.075	4.223.931	3.536.871
Circulante	2.753.145	347.650	1.219.624	1.021.719
Não circulante	1.901.154	988.425	3.004.307	2.515.152

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (2014 - R\$ 21.438.220), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2015	2014
Capital total em ações		
Ações ordinárias	668.034	286.155
Ações preferenciais	157.727	572.317
Total	825.761	858.472
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	148.282	8.425
Ações preferenciais	1.812	7.281
Total	150.094	15.706
Ações em circulação		
Ações ordinárias	519.752	277.730
Ações preferenciais	155.915	565.036
Total em circulação	675.667	842.766

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social de R\$ 154 sem emissão de novas ações com capitalização de reserva de investimento.

Em outubro de 2015 foi realizada a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias (Nota 1).

Em 12 de agosto de 2015 foi obtida autorização da ANATEL para realização de redução do capital para cobertura de prejuízos acumulados no montante de R\$ 4.024.184. A Companhia ainda não executou esta redução de capital.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de dezembro de 2015 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuada pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria.
- (v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 29), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o grupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€ 897 milhões).

A posição das ações em tesouraria corresponde aos itens (i), (ii) e (iii) acima referidos, não considera o item (iv) por se tratar de reclassificação derivada de participação recíproca, é a seguinte:

	Ações Ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 01/01/2014	84.251	880.378	72.808	1.224.146
Grupamento de ações	(75.826)		(65.527)	
Saldo em 2014	8.425	880.378	7.281	1.224.146
Permuta de ações	47.435	1.054.513	94.870	2.109.026
Conversão de ações	92.422		(100.339)	
Saldo em 2015	148.282	1.934.891	1.812	3.333.172

(*) Quantidade em milhares de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2015	2014
Médio ponderado	13,40	13,40
Mínimo	3,79	3,79
Máximo	15,25	15,25

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2015		2014	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	148.282	7.281	8.425
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,95	2,4	8,61	9,15
Valor de mercado	3.533	355.877	62.689	77.089

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2015	2014
Saldo contábil das reservas de capital	7.016.003	3.977.623
Ações em tesouraria	(5.531.092)	(2.367.552)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	1.484.911	1.610.071

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012 no montante de R\$ 2.309.296; (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015 no montante de R\$ 122.412 incluem, principalmente, R\$ 20.349 de Caixa e equivalentes de caixa, R\$ 112.961 de Tributos diferidos e R\$ 11.166 de Empréstimos, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999 (Nota 1).

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais-valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, nos pareceres técnicos externos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não registrou no seu balanço a referida mais-valia. Nos termos do ICPC 09 (R2) itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999 a Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM não tendo até a data de aprovação deste relatório obtido parecer. A Companhia informa que o registro da mais-valia no seu balanço, em 31 de dezembro de 2015, geraria o aumento do total do ativo e do patrimônio líquido em R\$ 1.233 milhões, e a diminuição do resultado líquido em 31 de dezembro de 2015 em R\$ 4.993 milhões, líquidos dos efeitos tributários, essencialmente em resultado a amortização cabível no exercício (R\$ 234 milhões) e o registro de perda de imparidade (R\$ 4.759 milhões), líquidos dos efeitos tributários.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2014 no montante de R\$ 4.407.711 da seguinte forma: (i) absorção da reserva legal no valor de R\$ 383.527 e o valor de R\$ 4.024.184 para prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 4.934.908. Em 23 de março de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação de resultados da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, para a conta de prejuízos acumulados.

Os dividendos mínimos obrigatórios que são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, não foram calculados devido a Companhia ter apresentado prejuízo nos exercícios de 2015 e 2014.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações líquidos de impostos no montante de R\$ 377.429, sendo R\$ 194.464 o montante de impostos. Os custos estão relacionados às seguintes transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol, (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e (3) incorporação da TmarPart pela Oi. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de

reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Obrigações em instrumentos patrimoniais	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldo em 01/01/2014	(91.531)	(56.547)		3.916	(144.162)
Custo de emissão de ações		(253.045)			(253.045)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	128.982				128.982
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(6.191)				(6.191)
Perda atuarial	58.885				58.885
Perda atuarial reflexa	(714.654)				(714.654)
Variação cambial sobre investimento no exterior	441.899				441.899
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	132.993				132.993
Obrigações em instrumentos patrimoniais			(2.894.619)		(2.894.619)
Outros resultados abrangentes	94.743				94.743
Saldo em 2014	45.126	(309.592)	(2.894.619)	3.916	(3.155.169)
Incorporação da TmarPart		(33.692)			(33.692)
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(468.984)				(468.984)
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(57.662)				(57.662)
Perda atuarial	(44.108)				(44.108)
Ganho atuarial reflexo transferido para prejuízos acumulados	715.680				715.680
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.332.415				1.332.415
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	380.371				380.371
Obrigações em instrumentos patrimoniais			(268.921)		(268.921)
Permuta de ações em tesouraria			3.163.540		3.163.540
Custo na conversão de ações		(34.145)			(34.145)
Outros resultados abrangentes	144.735				144.735
Resultado abrangente transferido para resultado do exercício	(1.709.347)				(1.709.347)
Saldo em 2015	338.226	(377.429)		3.916	(35.287)

(h) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2015	2014
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas	(6.003.050)	6.828
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	1.068.142	(4.414.539)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(4.934.908)	(4.407.711)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(2.126.657)	(1.446.417)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(2.808.251)	(2.961.294)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	314.518	202.312
Ações preferenciais – básicas e diluídas	415.321	414.200
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(6,76)	(7,15)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(6,76)	(7,15)
Lucro (Prejuízo) por ação – operações continuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(8,23)	0,01
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(8,23)	0,01
Lucro (Prejuízo) por ação – operações descontinuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,46	(7,16)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1,46	(7,16)

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2015.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e TMAR	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Planos BrTPREV	399.467	473.209	399.754	473.554
Plano PAMEC	2.585	2.981	2.585	2.981
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	141.681		141.681	
Total	543.733	476.190	544.020	476.535
Circulante	144.337	129.401	144.589	129.662
Não circulante	399.396	346.789	399.431	346.873

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso adicional entre a provisão constituída de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695) e o contrato de obrigações financeiras calculadas com base na legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, regulada pela PREVIC.

Especificamente no exercício de 2015, a taxa real de juros adotada pelas regras do CPC 33 foi significativamente superior àquela permitida pela PREVIC, o que levou a um ganho expressivo na obrigação, registrada em outros resultados abrangentes pela Companhia.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Plano TCSPREV	124.989	43.772	129.881	47.496
Total	124.989	43.772	129.881	47.496
Circulante	700	1.623	753	1.744
Não circulante	124.289	42.149	129.128	45.752

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2002.0017-74.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2015, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido. As contribuições para o plano PBS-TNCP são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

(iv) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Companhia

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	CONTROLADORA						
	2015						
	PLANOS DE PENSÃO					PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.022.372	500.426	5.725	112.086	820.774	2.981	
Juros sobre obrigações atuariais	228.572	56.831	643	12.802	92.608	344	
Custo do serviço corrente	109	528		184			
Benefícios pagos líquidos	(177.621)	(44.523)	(575)	(8.139)	(79.622)	(122)	
Constituição de obrigação atuarial							248.631
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(74.118)	(18.424)	(86)	(3.746)	(38.379)	(618)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.999.314	494.838	5.707	113.187	795.381	2.585	248.631
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.549.163	1.429.105	5.958	124.301	1.584.655		
Rendimentos dos ativos do plano	180.238	166.693	671	14.247	182.975		
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	139.935					122	
Pagamento de benefícios	(177.621)	(44.523)	(575)	(8.139)	(79.622)	(122)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos (*)					(450.781)		466.209
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(91.867)	127	436	10.107	121.160		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.599.848	1.551.402	6.490	140.516	1.358.387		466.209
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	399.466	(1.056.564)	(783)	(27.329)	(563.006)	2.585	(217.578)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		931.575	783	27.329	563.006		217.578
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	399.466	(124.989)				2.585	

^(*) Valor rateado de forma proporcional a parcela da obrigação do plano de benefício definido. No PAMA agrega valor do patrimônio existente na data da constituição da obrigação atuarial.

	CONTROLADORA					
	2014					
	PLANOS DE PENSÃO					PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.940.187	479.701	5.489	104.519	789.342	3.417
Juros sobre obrigações atuariais	219.460	54.530	617	11.949	89.158	396
Custo do serviço corrente	184	741		223		
Benefícios pagos líquidos	(167.590)	(36.558)	(534)	(7.546)	(75.440)	(110)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	30.131	2.012	153	2.941	17.714	(722)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.022.372	500.426	5.725	112.086	820.774	2.981
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.300.541	1.438.595	6.148	127.522	1.481.593	
Rendimentos dos ativos do plano	151.032	167.967	695	14.670	171.051	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	123.304					110
Pagamento de benefícios	(167.590)	(36.558)	(534)	(7.546)	(75.440)	(110)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	141.876	(140.899)	(351)	(10.345)	7.451	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.549.163	1.429.105	5.958	124.301	1.584.655	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	473.209	(928.679)	(233)	(12.215)	(763.881)	2.981
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		884.907	233	12.215	763.881	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	473.209	(43.772)				2.981

	CONSOLIDADO								
	2015								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.023.850	502.433	247.833	2.882.010	3.869.773	25.842	94	2.981	
Juros sobre obrigações atuariais	228.738	57.066	28.089	328.289	436.170	2.940	10	344	
Custo do serviço corrente	142	586	80	2.785		62	4		
Contribuições de participantes vertidas no ano			42			18	1		
Benefícios pagos líquidos	(177.696)	(44.535)	(19.942)	(219.465)	(374.476)	(1.967)		(122)	
Constituição de obrigação atuarial									1.319.081
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(74.280)	(18.421)	(11.955)	(201.072)	(179.054)	(1.977)	(20)	(618)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.000.754	497.129	244.147	2.792.547	3.752.413	24.918	89	2.585	1.319.081
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.550.295	1.434.836	257.937	3.118.897	7.452.866	48.794	2.367		
Rendimentos dos ativos do plano	180.363	167.370	29.293	356.313	860.049	5.658	279		
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	139.935								
Contribuições normais recebidas pelo plano			113			35	4	122	
Patrocinadora			71			17	3	122	
Participantes			42			18	1		
Pagamento de benefícios	(177.696)	(44.535)	(19.942)	(219.465)	(374.476)	(1.967)		(122)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos (*)					(2.126.677)				2.473.257
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(91.897)	914	10.223	19.740	576.932	(2.251)	(149)		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.601.000	1.558.585	277.624	3.275.485	6.388.694	50.269	2.501		2.473.257
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	399.754	(1.061.456)	(33.477)	(482.938)	(2.636.281)	(25.351)	(2.412)	2.585	(1.154.176)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		931.575	33.477	482.938	2.636.281	25.351	2.412		1.154.176
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	399.754	(129.881)						2.585	

^(*) Valor rateado de forma proporcional a parcela da obrigação do plano de benefício definido. No PAMA agrega valor do patrimônio existente na data da constituição da obrigação atuarial.

	CONSOLIDADO							
	2014							
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.941.701	481.055	235.884	2.722.942	3.727.809	24.197	117	3.417
Juros sobre obrigações atuariais	219.629	54.689	26.755	310.463	420.619	2.758	13	396
Custo do serviço corrente	230	797	121	3.589		58	5	
Contribuições de participantes vertidas no ano			52			56	2	
Benefícios pagos líquidos	(167.661)	(36.569)	(18.507)	(216.057)	(354.808)	(1.835)		(110)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	29.950	2.461	3.528	61.073	76.153	608	(43)	(722)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.023.849	502.433	247.833	2.882.010	3.869.773	25.842	94	2.981
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.301.556	1.442.656	264.224	3.203.900	6.968.153	45.312	1.668	
Rendimentos dos ativos do plano	151.143	168.446	30.117	367.360	803.952	5.258	197	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	123.304							
Contribuições normais recebidas pelo plano			129			77	7	110
Patrocinadora			77			21	5	110
Participantes			52			56	2	
Pagamento de benefícios	(167.661)	(36.569)	(18.507)	(216.057)	(354.808)	(1.835)		(110)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	141.953	(139.697)	(18.026)	(236.306)	35.569	(18)	495	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.550.295	1.434.836	257.937	3.118.897	7.452.866	48.794	2.367	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	473.554	(932.403)	(10.104)	(236.887)	(3.583.093)	(22.952)	(2.273)	2.981
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		884.907	10.104	236.887	3.583.093	22.952	2.273	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	473.554	(47.496)						2.981

⁽¹⁾ A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 129.881 (2014 - R\$ 47.496), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

	CONTROLADORA						
	2015						
	PLANOS DE PENSÃO					PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	109	528		184			
Juros sobre obrigações atuariais	228.572	56.831	643	12.802	92.608	345	
Rendimento dos ativos do plano	(180.238)	(166.693)	(671)	(14.247)	(182.975)		
Juros sobre o passivo oneroso		104.684	28	1.445	69.329		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(184)	21.038		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	48.443	(4.650)				345	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	17.749	(76.567)			251.909	(618)	217.578
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido					(251.909)		(217.578)
Total da despesa (receita) reconhecida	66.192	(81.217)				(273)	

	CONTROLADORA						
	2014						
	PLANOS DE PENSÃO					PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	
Custo do serviço corrente	184	741		223			
Juros sobre obrigações atuariais	219.460	54.530	617	11.949	89.158		396
Rendimento dos ativos do plano	(151.032)	(167.967)	(695)	(14.670)	(171.051)		
Juros sobre o passivo oneroso		105.501	78	2.721	63.307		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(223)	18.586		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	68.612	(7.195)					396
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(111.745)	30.509			2.137		(723)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido					(2.137)		
Total da despesa (receita) reconhecida	(43.133)	23.314					(327)

	CONSOLIDADO								
	2015								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	142	586	80	2.785		62	4	345	
Juros sobre obrigações atuariais	228.738	57.066	28.089	328.289	436.170	2.940	10		
Rendimento dos ativos do plano	(180.363)	(167.369)	(29.293)	(356.313)	(860.049)	(5.658)	(279)		
Juros sobre o passivo oneroso		104.684	1.195	28.024	324.316	2.715	269		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(71)	(2.785)	99.563	(59)	(4)	345	
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	48.517	(5.033)						(618)	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	17.617	(77.352)			1.185.495				1.154.176
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido					(1.185.495)				(1.154.176)
Total da despesa (receita) reconhecida	66.134	(82.385)						(273)	

	CONSOLIDADO								
	2014								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	
Custo do serviço corrente	230	797	121	3.589		58	5		396
Juros sobre obrigações atuariais	219.629	54.689	26.755	310.463	420.619	2.758	13		
Rendimento dos ativos do plano	(151.143)	(168.446)	(30.117)	(367.360)	(803.951)	(5.258)	(197)		
Juros sobre o passivo oneroso		105.501	3.353	56.897	295.371	2.498	184		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(112)	(3.589)	87.961	(56)	(5)		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	68.716	(7.459)							396
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(112.003)	29.756			10.116	(35)			(723)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido					(10.116)	35			
Total da despesa (receita) reconhecida	(43.287)	22.297							(327)

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL e SISTEL, previstas para o exercício de 2016, são no montante de R\$ 144.598 e R\$ 30, respectivamente.

Principais premissas atuariais adotadas

	2015								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,09%	N/A	10,61%	5,50%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	N/A	13,10%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	Nula	5,10%	N/A	Nula	Nula	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%	8,67%

	2014							
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,08%	6,45%	5,50%	6,56% a 8,24%	N/A	10,45%	5,50%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	7,30%	8,20%	Nula	0% a 12%	N/A	Nula	Nula	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2015

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2015.
- b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e SISTEL são de 31 de agosto de 2015 e 31 de julho de 2015, respectivamente e para o PAMEC e PAMA são de 31 de outubro de 2015 e 30 de junho de 2015, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2015.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	10,00%	17,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Renda fixa	92,17%	84,25%	88,01%	91,40%	75,65%	98,93%	98,03%	100,00%
Renda variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	13,61%			
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,18%	0,01%		
Investimentos no exterior								
Imóveis	0,69%	0,72%	0,74%	0,70%	9,29%			
Empréstimos a participantes	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	1,28%	1,06%	1,97%	
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 70.199 na controladora e R\$ 210.054 no consolidado.

(c) Remuneração baseada em ações

O Programa de Incentivo de Longo Prazo (2015 - 2017), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2015, busca maior alinhamento com o ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. O Programa consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Informamos ainda que os beneficiários não farão jus ao

recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Telecomunicações no Brasil

Na preparação das Demonstrações Financeiras deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	2015	2014
Residencial	9.779.218	9.995.205
Mobilidade pessoal	8.430.890	9.011.200
Empresarial / Corporativo	7.973.893	8.311.458
Outros serviços e negócios	257.090	295.297
Receita de vendas e/ou serviços	26.441.091	27.613.160
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(4.892.798)	(4.398.954)
Interconexão	(1.757.277)	(2.674.915)
Pessoal	(2.618.139)	(2.749.404)
Serviços de terceiros	(6.154.900)	(6.163.447)
Serviços de manutenção de rede	(1.860.646)	(1.906.789)
Custo de aparelhos e outros	(226.826)	(702.379)
Publicidade e propaganda	(379.537)	(656.487)
Aluguéis e seguros	(3.553.881)	(3.095.667)
Provisões / Reversões	(860.166)	(779.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(692.935)	(628.605)
Tributos e outras despesas	(1.107.149)	(1.610.823)
Outras receitas operacionais, líquidas	277.954	3.206.943
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	2.614.791	5.453.319
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	4.493.042	1.332.723
Despesas financeiras	(11.012.582)	(5.867.836)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(3.904.749)	918.206
Imposto de renda e contribuição social	(537.929)	(977.093)
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(4.442.678)	(58.887)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2015	2014
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	26.441.091	27.613.160
Receitas relativas a outros negócios (i)	912.674	633.939
Receita de vendas e/ou serviços consolidado	27.353.765	28.247.099

(i) Em 2014 os negócios de África e Timor foram consolidados após 1 de maio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	2015	2014
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	2.614.791	5.453.319
Outros negócios (i)	87.605	221.319
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado	2.702.396	5.674.638

(i) Em 2014 os negócios de África e Timor foram consolidados após 1 de maio.

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

	2015				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	89.328.508	81.863.595	25.497.191	3.301.771	3.565.454
Outros, principalmente África	7.686.298	745.000	466.049	943.534	116.030

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	2015	2014
Ativo		
Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)	3.667	4.886
Oi Holanda	3.667	4.886
Contas a receber	1.070.416	701.840
BrT Call Center	40.156	20.057
BrTI		9.032
Oi Internet	22.487	2.469
BrT Multimídia	41.079	28.205
Oi Móvel	782.985	468.145
TMAR	183.709	168.606
Telemar Internet		4.119
PT Portugal		1.207
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	3.353.617	3.151.856
TMAR	2.086.734	670.530
BrT Call Center		37.160
Oi Móvel	1.077.813	112
PTIF		2.444.054
PT Participações	189.070	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	891.270	854.231
TMAR	848.041	848.041
Rio Alto	28.251	
Oi Serviços Financeiros	14.978	6.190
Outros	342.041	198.077
TMAR	38.540	65.148
BrT Call Center	36.650	37.242
BrT Multimídia	10.051	
BrTI		266
Oi Móvel	246.689	85.353
Oi Holanda	10.068	10.068
Dommo	43	

	CONTROLADORA	
	2015	2014
Passivo		
Fornecedores	489.081	552.709
BrT Call Center	100.364	202.840
Oi Internet	131.257	532
BrT Multimídia	146.559	139.814
Oi Móvel	34.864	138.034
TMAR	59.507	53.185
Telemar Internet		203
Paggo Administradora	16.530	14.196
PT Portugal		538
PT Inovação e Sistemas		3.367
Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)	13.035.521	5.252.853
TMAR	939.723	875.369
Oi Móvel	1.052	194.088
Oi Holanda	12.093.929	4.012.062
Telemar Internet		171.334
Oi Internet	817	
Demais obrigações	2.339.498	53.674
BrT Call Center	411	411
BrTI		24.915
Oi Internet	25.130	210
BrT Multimídia	42.396	11.547
Oi Móvel	18.311	16.470
TMAR	124.500	121
PTIF (Nota 22)	2.125.200	
PT Investimentos	3.550	

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	CONTROLADORA	
	2015	2014
Receitas		
Receita dos serviços prestados	483.515	527.683
BrTI	208	2.490
Oi Internet	7.646	2.562
BrT Multimídia	10.715	15.383
Oi Móvel	368.569	383.514
TMAR	91.517	107.986
Telemar Internet	260	2.073
TNL PCS		3.855
PT Portugal	4.600	9.820
Outras receitas operacionais	47.521	48.532
BrT Call Center	8.548	9.179
Oi Internet		1
BrT Multimídia	1.256	1.829
Oi Móvel	37.605	37.367
TMAR	106	156
Serede	6	
Receitas financeiras	434.658	154.920
BrT Call Center	5.896	1.060
Oi Móvel	90.892	40.559
BrTI		91
BrT Multimídia		4
TNL PCS		3.738
TMAR	306.289	85.664
PT Participações	1.184	
PTIF	30.397	23.804

	CONTROLADORA	
	2015	2014
Custos e despesas operacionais	(1.069.431)	(1.309.220)
BrT Multimídia	(13.894)	(40.086)
Oi Móvel	(434.422)	(603.951)
TMAR	(66.302)	(74.871)
TNL PCS		(8.323)
Paggo Administradora	(2.335)	(12.102)
Telemar Internet		(67)
BrT Call Center	(549.809)	(565.735)
Oi Internet	(756)	(1.319)
PT Portugal	(1.822)	(2.588)
PT Inovação e Sistemas	(91)	(178)
Despesas financeiras	(430.142)	(261.837)
Oi Móvel	(14.667)	(36.398)
TMAR	(115.972)	(98.112)
Oi Holanda	(269.489)	(124.635)
Oi Internet	(28.180)	
Telemar Internet	(1.834)	(2.692)

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2014 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 75.116 (2014 - R\$ 71.918). Adicionalmente, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 288 (2014 - R\$ 367).

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber e outros ativos			4.916	191.159
PT-ACS				15.114
Fundação PT				7.387
Sportinvest Multimídia				105.492
Siresp				40
Fibroglobol				48.134
Yunit				7.454
Contax (i)				3.307
Outras entidades			4.916	4.231

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Contas a pagar e outros passivos		1.807	53.246	68.259
PT-ACS				599
Fundação PT				2
Sportinvest Multimídia				291
Siresp				6
Fibroglobol				9.564
Yunit				669
Contax (i)		9		41.832
TODO		1.578		5.587
Ability				7
Veotex		220		345
Hispanmar			52.425	9.357
Outras entidades			821	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Receita				
Receita dos serviços prestados		738	67	31.873
Contax (i)		738		30.754
TODO				1.026
Outras entidades			67	93

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais		(18.436)	(240.511)	(232.176)
PT-ACS				(3.887)
Sportinvest Multimídia				(669)
Fibroglobal				(10.974)
Veotex		(1.914)		(10.221)
TODO		(16.522)		(22.984)
Hispanmar			(207.366)	(152.041)
Outras entidades			(33.145)	(31.400)

(i) Com os eventos da incorporação da controladora TmarPart (Nota 1) e da dispersão do direito de voto, a Contax passou a não ser apresentada como parte relacionada da Companhia, de acordo com os requerimentos do CPC 5.

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no normal decurso da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 25.441 (2014 – R\$ 25.409) na controladora e R\$ 25.649 (2014 – R\$ 25.565) no consolidado.

27. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2015	2014
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	600.000	600.000
Responsabilidade civil - terceiros (i)	312.336	212.496
Incêndio – estoques	150.000	150.000
Garantia de concessão - TMAR	7.842	27.816
Garantia de concessão - Oi	2.287	11.170
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(i) Conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2015 (ptax): R\$ 3,9042 x US\$ 1,00

28. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal, bem como a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

Classificação das operações de venda do investimento como operações descontinuadas

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Em dezembro de 2014, com a aprovação da alienação dos investimentos na PT Portugal para Altice, a Companhia classificou as operações em Portugal como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda e operações descontinuadas.

Com a venda das ações da PT Portugal para a Altice os resultados com a venda do investimento são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado, como segue:

	2015	2014
Provisão para perda a valor justo do investimento PT Portugal e despesas relacionadas a venda do investimento		(4.164.478)
Resultado na venda da PT Portugal e despesas relacionadas com a venda do investimento (i)	(625.464)	
Resultado abrangente transferido para a demonstração do resultado (ii)	1.709.347	
Resultado das operações descontinuadas (iii)	(15.741)	(250.061)
Resultado líquido das operações descontinuadas (iv)	1.068.142	(4.414.539)

- (i) O resultado na venda da PT Portugal inclui: (1) o custo do investimento baixado que considera o valor do ágio (“goodwill”), decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e a PT deduzido de provisão para perda de R\$ 4,2 bilhões, reconhecida em dezembro de 2014 e despesas de venda totalizando R\$ 1,3 bilhões; e (2) a receita de R\$ 0,7 bilhão proveniente do recebimento em caixa diretamente pela Companhia. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados de forma definitiva nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.
- (ii) Refere-se a parcela acumulada de variações cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes, transferidas do patrimônio líquido para o resultado do exercício pela venda do investimento.
- (iii) Refere-se ao resultado da PT Portugal reconhecido como equivalência patrimonial nos exercícios de 2015 e 2014.
- (iv) O resultado líquido de operações descontinuadas incluem o efeito de impostos sobre as despesas de venda no montante de R\$ 82.699 (2014 – R\$ 38.805), na controladora e no consolidado.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em

maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretenso direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Em paralelo, a Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África
	2015
Ativos mantidos para venda	7.686.298
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	214.413
Contas a receber	217.992
Dividendos a receber (i)	2.042.191
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	3.541.314
Outros ativos	230.318
Investimentos	61.425
Imobilizado	466.049
Intangível	356.900
Ágio (“goodwill”) (iii)	555.696
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	745.000
Empréstimos e financiamentos	9.557
Fornecedores	85.730
Provisões para planos de pensão	923
Outros passivos	648.790
Participação de não controladores (*)	1.190.547
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	5.750.751
Eliminações intragrupo	(295.489)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	5.455.262
Investimentos na África	5.455.262

(*) Representado principalmente pela participação de 25% da Samba Luxco no capital social da Africatel Holdings, BV e, consequentemente, nos seus ativos líquidos.

	Operações da PT Portugal	Operações da África	Total
	2014		
Ativos mantidos para venda	26.283.854	7.642.738	33.926.592
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	590.111	170.056	760.167
Contas a receber	2.270.140	195.690	2.465.830
Dividendos a receber (i)	1.948	1.261.826	1.263.774
Ativo financeiro disponível para venda (ii)		4.284.416	4.284.416
Outros ativos	1.085.751	164.121	1.249.872
Investimentos	134.272	63.267	197.539
Imobilizado	10.560.140	506.347	11.066.487
Intangível	5.271.808	376.441	5.648.249
Ágio (“goodwill”) (iii)	6.369.684	620.574	6.990.258
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	26.326.948	851.273	27.178.221
Empréstimos e financiamentos	18.892.793	83.843	18.976.636
Fornecedores	2.260.503	97.600	2.358.103
Provisões para planos de pensão	3.347.667	997	3.348.664
Outros passivos	1.825.985	668.833	2.494.818
Participação de não controladores		1.509.197	1.509.197
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	(43.094)	5.282.268	5.239.174
Eliminações intragrupo			26.202
Total de ativos mantidos para venda – Controladora			5.265.376
Investimentos na PT Portugal			2.821.322
Créditos com partes relacionadas			2.444.054

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. Em 2015, a Companhia registrou os dividendos ainda não recebidos com base no valor esperado de recuperação, tendo nessa avaliação considerado a existência de processos judiciais para cobrança desses valores, a expectativa de decisão favorável desses processos, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos exercícios fiscais de 2010, 2011, 2012 e 2013 no total de US\$ 661 milhões;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro de participação indireta de 18,75% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento na data da aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. Em 31 de dezembro de 2015 e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas, a Companhia determinou um valor justo do investimento na Unitel de R\$ 3.436 milhões, tendo reconhecido em resultados uma perda de R\$ 2.208 milhões. A Companhia entende que o valor justo calculado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e utilizando

premissas de taxa de desconto (entre 15,5% e 17,5%), taxas cambiais e outros indicadores financeiros oficiais de Angola, corresponde à melhor estimativa quanto ao valor de realização do investimento na Unitel.

- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou o teste anual de “*impairment*” nos seus ativos relativos as operações na África, tendo apurado uma perda no ágio no montante de R\$ 89.176.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pagado o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria). As ações da Oi recebidas pela PTIF como resultado da Permuta permanecerão mantidas em tesouraria.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart e aditado em 31 de março de 2015, a opção de compra para aquisição de ações da Oi outorgada à Pharol se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo $\frac{1}{4}$ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresse consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só teria eficácia e passaria a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM nºs 10/1980 e 390/2003 para a alteração do Contrato de Opção.

Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência.

Em 31 de dezembro de 2015, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 4 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas viáveis de estruturas que viabilizem a participação na consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro.

Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Companhia para a operação.

Em 23 de outubro de 2015, a Companhia recebeu uma carta da LetterOne Technology (UK) LLP, sociedade integrante do grupo de investimentos LetterOne (“L1 Technology”), contendo proposta de exclusividade para potencial transação com o fim específico de possibilitar uma consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro envolvendo uma potencial combinação de negócios com a TIM Participações S.A. (“TIM Participações”). De acordo com a proposta, a L1 Technology estaria disposta a realizar um aporte de até US\$ 4,0 bilhões na Companhia, condicionada à operação de consolidação.

Após a avaliação da proposta, a Companhia enviou contraproposta à L1 Technology em 28 de outubro de 2015, pela qual a Oi e a L1 Technology conceder-se-iam mutuamente um direito de exclusividade, por um período de sete meses contados de 23 de outubro de 2015, com relação a, especialmente, combinações de negócios envolvendo companhias de telecomunicações ou ativos de telecomunicações no Brasil. Considerando a aceitação da L1 Technology aos termos da contraproposta, a Oi e a L1 Technology passaram a estar vinculadas pela exclusividade pelo prazo de sete meses contados de 23 de outubro de 2015.

Em 25 de fevereiro de 2016, a Oi divulgou Fato Relevante no qual informou ter sido comunicada pela L1 Technology que esta divulgou um comunicado afirmando que foi informada pela TIM que esta não tem interesse em aprofundar negociações a respeito da possibilidade de uma combinação de negócios com a Companhia no Brasil. A L1 Technology informou que, sem a participação da TIM, não pode proceder com a operação da forma anteriormente prevista. Diante desta informação, a Oi avaliará os impactos deste anúncio para as possibilidades de consolidação no mercado brasileiro.

c) Finalização de leilão para a alienação de ações

Em 30 de junho de 2015, foi realizado o último leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento de frações de ações resultantes do grupamento de ações aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2014.

Como resultado dos três leilões realizados, foram alienadas 1.069.131 ações ordinárias e 1.162.652 ações preferenciais de emissão da Companhia (“Ações”), que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações.

Os valores líquidos apurados com a alienação das Ações de R\$ 13.632 foram creditados, no dia 10 de julho de 2015, em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas.

d) Norma de listagem da Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE

Em setembro de 2015, a Companhia foi notificada pela NYSE de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Em 22 de janeiro de 2016, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado anunciando a alteração na proporção do Programa de “*Depositary Receipts*”, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (“DR Ordinário”), de modo que cada DR Ordinário, que antes representava 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, passou a representar 5 (cinco) ações ordinárias a partir de 1 de fevereiro de 2016.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Otimização da liquidez e perfil de endividamento da Companhia

Conforme Fato Relevante divulgado pela Oi em 9 de março de 2016, a Companhia contratou a PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, sendo os clientes a prioridade máxima da Companhia.

A Oi está empenhada em continuar com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil. A Oi também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.